



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

7/1

ATA N.º 04/XIII-1º/2021-25

1 - Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas 21H15, no Pavilhão do Complexo Municipal dos Desportos, sito na Alameda Guerra Junqueiro, nº 35, no Feijó, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2022”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2022”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Participação no IRS sobre os rendimentos no ano 2022”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Lançamento de Derrama para o ano de 2022”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI para o ano de 2022”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2ª Alteração Orçamental Modificativa – Revisão Orçamental”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Almada para o ano de 2022”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS para o ano de 2022”;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022 da WEMOB”;

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação Revisor Oficial de Contas – ROC para a WEMOB”;

3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Atualização de Tabela de Taxas Municipais para o ano de 2022”;

3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifas e dos Preços a cobrar pelos SMAS em 2022”;

3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da Minuta de Adenda ao Acordo celebrado entre a CMA e a REN”;

3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação do Provedor dos Animais do Município de Almada”;

3.16 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Isenção de pagamento de estacionamento para a semana de 2 a 9 de janeiro de 2022”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelos Secretários Paulo Viegas e Ana Paula Silva.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3 – Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissolle Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD) e Inês Pezarat Correia Bom (BE), informando da impossibilidade de estarem presentes, solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as António Paulo Júnior (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), por impedimento dos/as cidadãos/ãs Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU) e José Manuel Raposo Gonçalves (CDU); Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) e António José Olaio da Silva (CDU); Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD) e Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE) por impedimento do cidadão Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da União de Freguesias de Caparica Trafaria Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Nuno Ricardo Cardoso Augusto (PS) e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica José Ricardo Martins (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Ricardo Lourenço Quintino (PS).

4.1.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.2 - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia que a Senhora Presidente da Câmara Municipal não pode estar presente sendo substituída pela Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira; da Senhora Vereadora Helena Manuel Gil Azinheira sendo substituída pelo Senhor Vereador Tiago David Costa Galveia e da Senhora Vereadora Joana Mortágua sendo substituída pelo Senhor Vereador Fernando Cordeiro Cruz.

4.3 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/as Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.4 – Foi distribuída atempadamente a Ata nº 03/XIII-1º/2021-25, e colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, e ratificada a respetiva Minuta, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Olga Maria Silva Santos, João Rocha, Helena Santos e Inês Apolinário.



5.1.1 – A Senhora munícipe Olga Maria Silva Santos:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou funcionária da Câmara Municipal, estou a concorrer a uma casa camarária, eu estou sozinha, tenho 51 anos, visto que não consigo nem comprar nem arrendar uma casa, eu recebo o ordenado mínimo, pagando as despesas pouco sobra para comer, passo muita dificuldade. Dizem que não tenho direito.

O Senhorio quer vender a casa, fez-me uma proposta, só que com esta idade nenhum banco me empresta dinheiro para poder comprar uma casa. E para arrendar uma casa é preciso 500.00€, 600.00€, 700.00€ e eu nem isso ganho.

Neste momento estou a passar infelizmente por um processo de insolvência, tenho metade do meu ordenado para insolvência. Tenho um processo a decorrer para uma casa camarária e não estou a pedir um palácio, simplesmente peço um T1 para mim, sou sozinha não tenho ajudas de ninguém. Infelizmente o meu pai e a minha mãe faleceram só estou eu. Eu quero reforçar o pedido, quero que me ajudem a conseguir uma casinha. Um T1, é a única coisa que peço.”

5.1.2 – O Senhor munícipe João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apraz-me, na qualidade de Munícipe, felicitar a Vitória da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada Inês de Medeiros, cujo o povo de Almada foi soberano e, disse claramente que pretendia o Partido Socialista, através de uma votação maciça, para presidir a este Concelho, bem como ainda, a vitória esmagadora do Senhor Presidente Pedro Matias, cia União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda. Conjugando ambas as vitórias, constata-se que os Almadenses, pretendem a continuação da mudança para o futuro deste Concelho. Estes dois cidadãos, ficarão na história desta vitória, ambos demonstraram ao longo do seu mandato anterior, empenho, dedicação e benemérito, na resolução de um sem fim de problemas, herdados dos executivos cessantes, tanto ao nível de habitação, mobilidade, Augis e demais situações como por exemplo: a requalificação de ruas/estradas, nesta União de Freguesias, aparentando algumas destas, a era das carroças do século passado, sendo esta a herança deixada por outra força política, a qual nunca se preocupou, em fazer algo de melhoramentos durante mais de 4 décadas.

Neste momento tao difícil, que o mundo atravessa, provocado pelo vírus (COVID 19) que, assola todo o planeta, no qual carece de todos nós um grande esforço, bem corno de todos os Órgãos de Policia Criminal vulgo PSP, GNR, PM, PJ e ASAE, Direção Geral de Saúde, Profissionais de Saúde, Bombeiros e outros, mas todos juntos, iremos combater esta pandemia que, persiste em resistir no nosso País.

Termino desejando Boas festas a todos vós.”

5.1.3 – A Senhora munícipe Helena Santos:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Chamo-me Helena, tenho 48 anos e os primeiros 24 anos da minha vida vivi-os em Lisboa.

Das Lembranças mais presentes da minha infância, tenho as viagens entre Lisboa e a Costa da Caparica, a caminho da praia nos quentes fins de semana de verão e dos fantásticos picnics a hora de almoço, para fugir ao sol tórrido do meio dia. Esse foi o meu primeiro contacto com a Mata dos Medos. Podia vir aqui falar dos impactos ambientais do que estão a fazer na Mata, do ataque a biodiversidade, mas para isso os especialistas terão a sua palavra a dizer. Quero vir aqui falar, do que este sítio mágico representa para mim. Atualmente tenho o privilégio de viver junto a Mata dos Medos. E assim como ela sempre me acolheu, desde os meus tempos de infância, na sombra da copa das suas árvores, continua a acolher-me. Acolhe-me quando nela consigo atingir a paz e a tranquilidade nos momentos de maior fragilidade, acolhe-me quando ganho a força e a energia de nela caminhar, acolhe-me com o seu maravilhoso cheiro a pinheiro, intensificado pelo orvalho da manhã. Colocar uma teia de passadiços neste sitio mágico, é como oferecer a um pai ou uma mãe, muletas, bengalas de que não precisam e com isto matar-lhes a sua essência. Qualquer intervenção que Ilhe retire a sua



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

essência selvagem é por si só um ato de destruição, E com o pé na sua terra, que sentimos a sua energia, é chegar ao fim de uma carminada com os pés sujos e sentirmos a satisfação de o termos feito, é o orgulho de podermos dizer que com tanta destruição por esse mundo fora, ainda temos junto a nós uma mata virgem, que permanece com a sua essência intocada. Porque é que nós queremos ser mais do mesmo e porque é que queremos ser iguais aos outros? Porque não optarmos por marcar a diferença e manter virgem um sítio mágico, que ternos o privilégio de ter aqui tão perto de nós? Porque não termos o gosto e o orgulho de mantermos vivo este sítio para os nossos filhos e para os nossos netos, e lhes passarmos a melhor herança que podemos deixar, o respeito pela natureza, um sítio onde poderão repousar e com que sempre poderão contar... Por favor, que não se destrua a minha Mata dos Medos, e digo minha, porque a sinto como minha, e como minha, sinto a dor da sua destruição.”

5.1.4 – A Senhora munícipe Inês Apolinário:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Representamos um movimento de pessoas que defendem a Mata dos Medos e que desde o final do mês de novembro, vê ferido o seu património natural, pelo abate de árvores que envolve uma grande quantidade de pinheiros mansos e bravos adultos, que são cortados e transformados no local recorrendo a maquinaria pesada para o efeito, em plena reserva botânica, destruindo a vegetação, compactando o solo, eliminando dunas antigas.

É preocupante que uma reserva cuja mais valia se deve à presença de uma floresta consolidada, baseada em espécies autóctones, esteja a ser intervencionada de forma intensa que, indicia não uma operação de gestão florestal, mas sim de exploração florestal, cujo o destino da madeira obtida com o corte não é totalmente claro.

Estranho é que esta ação está no âmbito no Projeto de Conservação de Habitats Naturais de Valorização e Paisagem Protegida, financiado por fundos públicos nacionais e comunitários ao ICNF, que coloca na sua operação a morte de árvores, a morte do extrato arbustivo. Na referida intervenção localizada no inico da Mata dos Medos, pela entrada da Aroeira, consta uma placa informativa onde informa: criação de percursos acessíveis que diminuem o pisoteio em áreas sensíveis, esta placa traduz-se para a população como um ataque a sua dignidade e consciência ambiental, perante a maquinaria pesada, de abate florestal, que se encontra no terreno e qua promove o pisoteio e já esmagou toda a florestação naquele território intervencionado. Perguntamos nós também, se naquele local, para além do abate exagerado irão colocar outros passadiços, dado qua é isso que a placa informal!

Simultaneamente, no coração da Mata do Medos estão a ser já construídos passadiços de larga extensão. A construção de passadiços, neste contexto, é prejudicial ao ambiente. A maioria dos passadiços construídos em Portugal podem ser um interessante equipamento de recreio, aventura e desporto, mas não são um equipamento de conservação da natureza e educação ambiental, nem um bom exemplo de intervenção no território. Perturbam o corredor da sua fauna e flora (que supostamente pretender valorizar), não se percebendo a necessidade do fazer passadiços onda já havia caminhos a perfurando em zonas de nula ou inexistente presença humana, onda a proteção na Mata dos Medos era garantida.

E ainda que na Resolução do Conselho de Ministros nº. 14/2019 no capítulo VIII — Projeto de Conservação de Habitats Naturais e de Valorização da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, mencione no ponto 2.3 A Valorização da visitação e da fruição Paisagem Protegida, e onde já mencionava a existência do recurso a passadiços da madeira com ligação aos miradouros. O que se verifica é um aranhão de passadiços que se estende em muito a sua amplitude para este objetivo, ou seja, uma abusiva interpretação da Resolução.

Perante os múltiplos ataques em que assistimos:

- A promoção da pressão humana no coração da Mata dos Medos;
- Ao de pinheiros com técnicas de exploração florestal e não de conservação e limpeza, em que promove exatamente o oposto que o ICNF diz pretender: pois estimula a ocupação das espécies exóticas invasoras e aumenta o risco do incêndio pela diminuição da humidade do solo;
- Onde se prevê mais abates de pinheiros marcados junto a estrada florestal e outros dentro da Mata;



- E houve-se rumores da construção de mais passadiços, nomeadamente junto a NATO.

A população local sentiu necessidade de realizar um encontro no passado dia 11 onde envolveu mais de cem pessoas, sensíveis as questões ambientais, demonstrando a importância e a necessidade de respostas justas, para algo que estamos todos a testemunhar, que nem os atores com maior conhecimento em matéria da conservação e defesa da biodiversidade conseguem explicar.

Este Movimento já recebeu a presença de diversos especialistas, entre botânicos e biólogos, o Prof. Jorge Paiva, o Prof Francisco Rego, o Eng. Paulo Pimenta Castro entre outros que evidenciaram no local incongruências da ação do ICNF no território protegido.

Fomos à Assembleia da Freguesia da Charneca da Caparica e Sobreda no passado dia 15, solicitar uma explicação ao Senhor Presidente do qual não nos conseguiu garantir que detinha o conhecimento da intervenção do ICNF, nem conseguiu posicionar-se relativo à construção dos passadiços, ficando a população com a noção de que com este executivo não poderíamos contar com parte interessada na defesa da nossa Reserva Botânica

Assim, tentamos nós, agora, junto da Câmara Municipal de Almada, como entidade competente solicitar o vosso envolvimento junto do ICNF para que solicitem os documentos e planos de trabalhos que o ICNF até ao momento não disponibilizou à QUERCUS, à IRIS e à ACRESCIMO — que já se manifestaram em contra da referida intervenção publicamente, bem como fazer pressão sobre o Ministério do Ambiente, para que responda às questões levantadas pelo Partido Os Verdes e pelo PCP.

Até lá, a população precisa de explicação, queremos saber:

Quantas árvores foram abatidas e quantas estão previstas serem abatidas na intervenção do ICNF;

Qual é o destino da madeira e da estilha?

Sabendo a vossa posição relativa aos passadiços, qual a vossa abertura para repensar e pedir uma avaliação de impacte ambiental e reduzir a extensão dos passadiços, deixando os passadiços apenas na periferia unicamente pelos aceiros.

Quanto mais passadiços estão a ser contemplados na Mata e que desconhecemos?"

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Vice-Presidente em exercício Maria Teodolinda Silveira e o Senhor Vereador Filipe Pacheco.

5.2.1 – A Senhora Vice-Presidente em exercício Maria Teodolinda Silveira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente às intervenções dos/as senhores/as muncípes, quero agradecer ao senhor muncípe João Rocha as palavras que nos dirigiu e esperar que todo o executivo possa ser efetivamente, corresponder às expetativas que nele deposita.

Relativamente às questões relacionadas com a Mata dos Medos, dizer o seguinte: eu já tinha pensado até por existe uma moção a fazer alguma alusão a isto que vou dizer, mas, já que há esta intervenção irei fazê-lo agora.

Logo que estas questões se levantaram, que as redes sociais e até antes disso já, o Município obviamente que entrou em contacto com Instituto da Conservação da Natureza, que nos garantiu exatamente, que esta intervenção era uma intervenção que visava a segurança da Mata dos Medos, porque havia imensos alertas das forças responsáveis pela segurança daquela área, da possibilidade de incêndios dada a enorme quantidade de material combustível existente e até de resíduos urbanos e outros, deposições ilegais ao longo de toda a Mata e era preciso fazer exatamente uma intervenção no sentido de melhorar essa segurança.

Também foi dito que, efetivamente, salvaguardar um território não é deixa-lo crescer selvagememente, sabemos que isso nunca conduz a uma situação de muita segurança e que, o facto de existir uma intervenção que até pode possibilitar efetivamente, o acesso e a fruição daquele espaço, não significa que torne pior o uso da Mata do que aquele que hoje é feito. Todos nós sabemos, eu também moro perto da Mata dos Medos, e todos nós sabemos o que acontece e eu que inclusivamente tenho o pelouro da higiene urbana, sei as intervenções que já tenho pedido, "N" intervenções no sentido do retirar porque são sítios escondidos e onde as pessoas fazem a deposição de tudo aquilo que precisam de depositar e que noutros sítios têm maior dificuldade.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Portanto, toda esta intervenção significa por um lado, maior segurança relativamente à questão dos materiais combustíveis, uma intervenção no sentido de possibilitar o acesso às pessoas em segurança e sem estragar, sem danificar aquilo que é a Mata dos Medos, e aquilo que podemos aqui garantir é que continuaremos atentos a uma intervenção que inclusivamente como foi dito, é custeada por fundos europeus e portanto, tem em cima dela muitos olhos, mas continuaremos atentos no sentido de perceber aquilo que se passa dentro obviamente, das competências que o Município tem nesta matéria.”

5.2.2 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Responder de forma o mais breve possível à senhora munícipe Olga Santos, que nos veio aqui trazer uma questão, segundo percebi, relativamente a uma situação de habitação.

Sem entrar aqui em detalhes concretos e muitos deles são obviamente de natureza pessoal, toda a gente que pode concorrer ao Habit’Almada, que é o programa de acesso à habitação no nosso Concelho, toda a gente pode recorrer, e toda a gente tendo condição de recursos para tal, tem direito. Portanto, em termos de direito todos os munícipes que estejam em situação de poder receber uma habitação, têm direito a isso. Como é evidente, há uma ordem de priorização, esse foi um trabalho muito importante que nós temos vindo a fazer ao longo dos últimos anos em Almada, por um lado, ter aqui um regulamento que permita ter transparência, em que seja também sindicalizável, ou seja, que as habitações que nós Câmara Municipal, atribuímos, saibamos que elas são devidamente atribuídas.

Portanto, aquilo que eu lhe posso dizer, sem prejuízo de daqui a pouco assim que houver aqui uma interrupção ou mesmo ao longo dos próximos dias, dizer-lhe também que da minha parte enquanto Vereador em que uma das pastas é a habitação, estou sempre disponível e os próprios serviços da Câmara Municipal estão sempre disponíveis para atendimento e para receber os munícipes seja em questões de dúvidas, seja em questão até de esclarecimento das próprias candidaturas ou da forma como elas se devem fazer, mas eu acho que se pode perceber melhor qual era aqui a dúvida que a senhora munícipe Olga coloca e também dar todos os detalhes que possa esclarecer. Portanto, acho que podemos falar daqui a pouco.”

5.3 – Usaram ainda da palavra os Senhores Deputados Municipais Pedro Amorim Matias (PS) e António Olaio Silva (CDU).

5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou intervir porque a senhora munícipe Inês Godinho esteve aqui hoje e esteve há uns dias na Assembleia de Freguesia e explicar um pouco aquilo que aconteceu e que me parece também ser importante.

Nós somos um Município do ponto de vista ambiental muito sensível, a Mata dos Medos é um espaço que nos preocupa a todos, não há dúvida nenhuma sobre essas matérias. Mas, dizer-lhe que, e voltando aqui um pouco a repetir, e já falei com alguns responsáveis do ICNF e que aquilo que nos vêm dizendo durante este tempo, é que a intervenção tem basicamente, uma questão de corta fogo, proteção da Mata e diminuir o combustível florestal. Claro que depois há a questão dos passadiços e eventualmente colocarão lá algumas coisas, mas a questão aqui é, proteger a Mata do ponto de vista de um fogo florestal.

Dizer-lhe também que, a sua preocupação penso que é de todos, mas também acho que muito provavelmente é um pouco exagerada, porque também não me parece que o ICNF, que é a entidade que tem competência e que está a gerir aquele espaço, com todos os técnicos que tem altamente credenciados, também não acredito que possam estar aqui a exagerar ou a cometer algum crime ambiental ou a prejudicar gravemente aquele território. Portanto, é preciso que o ICNF também explique às instituições que aqui referiu, explicar como é que se baseou no corte dos pinheiros, a questão como é que acho o traçado dos passadiços, acho que é uma questão que deve ser bem esclarecida, mas também não me parece que o ICNF que tem responsabilidades acrescidas face a cortes indiscriminadamente naquela área, que corte árvores, que corte arbustos, que corte aquilo tudo e que deixe aquilo numa situação do ponto de vista ambiental insustentável. Mas, acho que é importante todos nós, conseguirmos construir uma solução que seja clara para todos.”



5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal António Olaio da Silva (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tivemos aqui a presença de uma trabalhadora da Câmara Municipal, a senhora Olga Santos, que nos trouxe um bocadinho do país real. O país real é uma trabalhadora que ganha 675.00€ (seiscentos e setenta e cinco euros), e que se vê em dificuldades para ter uma casa. 675.00€ (seiscentos e setenta e cinco euros), é um ordenado de miséria. E isto é uma realidade neste país. E o outro problema é o problema da habitação, 675.00€ (seiscentos e setenta e cinco euros), hoje em Almada, é o preço quase de uma habitação e esta situação de esta trabalhadora, devia fazer pensar as forças políticas, é evidente que isto é uma questão que não pode ser resolvida aqui, é evidente que se pode resolver o problema desta trabalhadora e desta pessoa, mas isto é o problema de milhares e milhares de trabalhadores deste país, que trabalham e vivem na miséria. Isto devia envergonhar forças políticas que se dizem de esquerda, para não dizer já que se digam democratas. Isto, devia envergonhar estas forças políticas.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – A iniciar o período foram apresentados Votos de Pesar:

6.1.1 – Pelo falecimento do Arquiteto Richard Rogers apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU);

6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Arquiteto ítalo-britânico Richard Rogers, nascido em Florença, Itália, em 1933, faleceu no passado sábado na sua casa no Reino Unido aos 88 anos de idade.

A família de Richard Rogers radicou-se em Londres, fugindo ao regime fascista de Mussolini, onde o arquiteto se viria a tornar num dos pioneiros e nomes mais expressivos do movimento conhecido como de "alta tecnologia", com um trabalho que se distingue pela utilização de estruturas em vidro e aço e tubagens expostas.

Richard Rogers venceu vários prémios internacionais pela excelência da sua carreira, destacando-se em 2006 o conceituado Prémio Stirling, atribuído pelo Instituto Real de Arquitetos Britânicos, que assinala a excelência em arquitetura, pelo projeto do Terminal 4 do Aeroporto de Barajas, em Madrid, Espanha, e em 2007 recebeu aquele que é considerado o Prémio Nobel da Arquitetura, o Prémio Pritzker, distinguindo o conjunto de sua obra.

Entre outras obras de referência projetadas pelo Arquiteto Richard Rogers, destacam-se o Centro Georges Pompidou, em Paris, projetado em colaboração com outro Arquiteto de renome internacional, Renzo Piano, o edifício sede da companhia de seguros Lloyd, em Londres, o Tribunal Europeu para os Direitos Humanos, em Estrasburgo, um dos edifícios do novo World Trade Center, em Nova Iorque, o Millenium Dome, em Londres, terminais de aeroporto de Heathrow, em Londres, e o terminal 2 do aeroporto de Xangai, na China.

Em 1996, o arquiteto, chegou a ocupar um lugar na câmara alta do Parlamento britânico, representando o Partido Trabalhista após a Rainha lhe ter conferido o título honorífico de Sir.

Richard Rogers foi ainda diretor de arquitetura e urbanismo no mandato do presidente da Câmara Municipal de Londres Ken Livingstone entre 2001 e 2008, e consultor em matéria de estratégia urbana de dois presidentes da Câmara Municipal de Barcelona.

Em outubro de 2002, a Câmara Municipal de Almada aprova a adjudicação do objeto do concurso para a elaboração do Plano de Urbanização de Almada Nascente – Cidade da Água a um consórcio internacional que reunia a WS ATKINS, Santa Rita Arquitetos e Richard Rogers Partnership, esta última a empresa de Richard Rogers, um Plano de Urbanização que foi aprovado e publicado em Diário da República em 10 de novembro de 2009.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera expressar o mais profundo pesar e sentimento de perda pelo falecimento do Arquiteto Richard Rogers, dirigindo à sua família, amigos, arquitetos britânicos e de todo o mundo, e ao seu país de acolhimento, Reino Unido, as mais sentidas condolências e solidariedade neste momento de luto e dor.”



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.1.2 - Pelo falecimento de Jorge Sampaio, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS);

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS);

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Jorge Sampaio, nascido a 18 de setembro de 1939, em Lisboa, faleceu no passado dia 10 de setembro.

Figura ímpar da nossa Democracia, que ajudou a fundar e a fortalecer, Jorge Sampaio marcou de modo indelével a vida política, social e cultural de Portugal, antes e depois do 25 de Abril.

Exemplo de abnegação e coragem, de convicção nos valores humanistas e democráticos, de procura incessante da justiça social, Jorge Sampaio foi, e continuará a ser, uma referência, não só da geração que com ele conviveu e com ele combateu, mas de todos os que se reveem na vivência democrática e nos valores da liberdade, da tolerância e do respeito pelo outro.

A intervenção política de Jorge Sampaio começou cedo. Enquanto presidente da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa e secretário-geral da Reunião Interassociações Académicas (RIA), Jorge Sampaio assumiu papel de destaque na crise estudantil de 1962.

Antifascista convicto, defensor da Liberdade e da Democracia, Jorge Sampaio assumiu, corajosamente, a defesa de inúmeros presos políticos no Tribunal Plenário da ditadura. Foi também candidato nas eleições falseadas de 1969, integrando as listas da Oposição Democrática, pela Comissão Democrática Eleitoral (CDE).

Após o 25 de Abril, foi um dos impulsionadores do Movimento de Esquerda Socialista (MES), que abandona no congresso fundador, por discordar da linha orientadora do partido, aderindo, pouco depois, em 1978, ao Partido Socialista.

Foi eleito Deputado à Assembleia da República nas Legislativas de 1979, e reeleito em 1980, 1985, 1987 e 1991, tendo sido também líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A sua preocupação com os Direitos Humanos conduziu à sua designação pela Assembleia da República para a Comissão Europeia dos Direitos do Homem, no Conselho da Europa.

Em 1989 foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Em 1996 foi eleito Presidente da República, cargo que exerceu durante dois mandatos e onde foi confrontado com difíceis e exigentes circunstâncias às quais soube dar as devidas respostas. Enquanto primeira figura do Estado soube colocar no centro da ação política as questões económicas e sociais, como fator de desenvolvimento do País, do combate à pobreza e às desigualdades

Após terminar o seu segundo mandato como Presidente da República, Jorge Sampaio foi designado como Enviado Especial do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas para a Luta Contra a Tuberculose e Alto Representante da ONU para a Aliança das Civilizações.

Demonstrando, mais uma vez, o seu sentido cívico e humanista, Jorge Sampaio funda, em 2013, a Plataforma Global de Assistência Académica a Estudantes Sírios.

Político de grande craveira intelectual, homem de Esquerda por convicção, democrata de vocação europeísta e multilateralista, Jorge Sampaio soube sempre prestigiar e defender a posição de Portugal no mundo, o que lhe granjeou o reconhecimento e o respeito de todos os quadrantes políticos, tanto interna como internacionalmente.



Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida 27 de dezembro de 2021, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Jorge Sampaio, figura fundamental do Portugal contemporâneo, prestando-lhe justa homenagem e transmitindo à sua Família, aos Amigos e ao Partido Socialista as mais sentidas condolências.”

6.2 - Não havendo pedidos de palavra foi verificado o quórum e passou-se à votação dos documentos, tendo sido aprovados por unanimidade os dois votos de pesar.

6.2.1 - Seguiu-se um minuto de silêncio proposto pelo Presidente da Mesa.

6.3 - Para apresentar uma Recomendação relativa à Proposta 2021-807-GP usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA);

O Grupo Municipal do Partido CHEGA, apresenta a este plenário uma recomendação sobre a proposta 2021-807-GP, por entender que a mesma carece de importantes ajustes. Em imprecisões e negligências processuais que precisam de ser corrigidas em termos de forma e conteúdo.

A nossa recomendação prossegue no sentido de todas as forças políticas estarem em pé de igualdade perante as suas funções e competências desde já elencadas na Lei vigente.

É de facto crucial, que todos tenham a mesma capacidade de trabalho perante as complexidades das matérias que estão a cargo de todos/as os/as Deputados/as Municipais.

Faz parte da recomendação apresentada, alertar que a Contraproposta do Grupo Municipal do Partido CHEGA, é menos despesista logo menos onerosa para os contribuintes. Esta recomendação analisa a referida proposta, a qual deverá ser devidamente corrigida e posteriormente aprovada.

Lembra o Grupo Municipal do Partido CHEGA, que ao ser feita esta aprovação, não se teve em conta os princípios da perfeição processual, e devida e necessária verificação da mesma peça, antes de ser apresentada a todos para discussão e aprovação, algo que pretendemos que seja corrigido.”

6.4 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE) para apresentar a Saudação ao “Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres”;

6.4.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

736 milhões de mulheres. Segundo a UN Women, este é o número global de vítimas de violência, a maioria à mão de parceiros íntimos. Uma em cada três mulheres com mais de 15 anos. Este número não inclui vítimas de assédio sexual. A 25 de novembro assinalou-se a luta internacional pela eliminação da violência contra as mulheres. Luta esta que está ainda longe de acabar, numa sociedade profundamente marcada pela cultura do sexismo, dos papéis de género e da dominação masculina. Menos de 40% das mulheres que sofrem de violência procuram ajuda. A maioria dirige-se à família, a amigos, raramente a instituições formais. Menos de 10% das que procuraram ajuda denunciaram à polícia. A violência doméstica continua a ser o crime mais praticado em Portugal, conforme indica o Relatório Anual de Segurança Interna. E a estes registos faltam todos os casos que ficaram em silêncio. Mas estes números – já por si imprecisos devido ao estigma social e a falta de estudos - ainda não refletem o impacto da pandemia, que aumentou gravemente o isolamento social, a mobilidade, e a insegurança financeira de demasiadas mulheres. Estes fatores de risco aumentaram a vulnerabilidade à violência doméstica por todo o mundo. Os casos de depressão, de ansiedade, de gravidez indesejada, e de doenças sexualmente transmitidas aumentam exponencialmente em mulheres vítimas de violência. Trata-se de uma outra pandemia que urge por mais respostas por parte dos governos e das autarquias. Individualmente, temos todos o dever de ser definitivamente intolerantes para com a violência, mesmo que esta não nos afete ou a quem nos é próximo. Não se pode deixar de “meter a colher”, de atentar aos sinais, de denunciar. A nossa ação é um instrumento de consciencialização para outros, e uma mensagem



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de força para quem ainda não conseguiu quebrar o abuso. A violência contra mulheres é proporcional à sua classe, à sua condição. As feridas da violência são ainda mais profundas quando se fala de mulheres pobres, de mulheres racializadas, de mulheres lésbicas, bissexuais e trans, de mulheres com deficiência, e de tantas outras multiplamente excluídas e discriminadas na sociedade. As mulheres trans são alvos particularmente preocupantes: o Trans Murder Monitoring registou a nível mundial 350 pessoas trans assassinadas no ano em 2019, 98% das quais do género feminino, 50% imigrantes. Este flagelo social combate-se através da emancipação e empoderamento das mulheres, garantindo-lhes acessos iguais e representatividade. Ainda que exista legislação sobre a violência contra a mulher, é necessário assegurar que esta é implementada e aplicada. A justiça tem que ser rápida e clara, sinalizando que protege as vítimas e pune os agressores. É fundamental rever o conceito de violência contra mulheres, geralmente associado à violência doméstica. A violência é um problema de poder, de justiça, de um sistema desigual. Na realidade, a violência é também o assédio sexual, a violação. É também o tráfico humano especializado em mulheres (particularmente de jovens). O casamento não consensual de raparigas menores de idade, a mutilação genital feminina. É ainda a privação ao direito à educação, à independência financeira, à mobilidade, à saúde. Todos estes são crimes de género, contra os quais ainda há muito a fazer para proteger todas as mulheres. O dia 25 de novembro tem sido assinalado como um dia de alerta e de luta pelos direitos das mulheres. Mas o alerta tem de passar a ser ação. Tem de se prestar um apoio ativo ao trabalho diário das associações, organizações não-governamentais, e serviços sociais do Estado que auxiliam mulheres vítimas de violência. Saudamos todos os que participaram nas várias marchas do dia 25 de novembro pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Marchámos por cada uma das 35 mulheres vítimas de femicídio em 2020 em Portugal. Marchámos por cada uma das mulheres vítimas de qualquer atentado contra a sua liberdade. Marchámos pela igualdade de género, exigindo políticas públicas de combate coletivo às desigualdades profundas, e por uma justiça livre de discriminação. A Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 27, 28 e 29 de dezembro de 2021, delibera, 1. Saudar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres 2. Reforçar a atuação dos planos previstos pela Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação, promovendo intervenções junto de estruturas de apoio às vítimas de violência.”

6.4.2 – O Senhor Deputado Municipal Karim Quintino (BE) para apresentar a Moção-Deliberação “Ambiente para todos, Almada Saudável”;

6.4.2.1 – O senhor Deputado Municipal Karim Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As alterações climáticas representam o maior desafio da nossa geração. O seu potencial destrutivo, assimétrico e irreversível, constitui uma urgência internacional que necessita de extensa mobilização. A ciência por detrás da investigação e monitorização das alterações climáticas têm vindo a evoluir nos seus métodos e capacidade de análise. O seu veredito não deixa margem para dúvidas, pois segundo o mais recente relatório produzido pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas é inequívoca a influência humana no aquecimento global, que causou alterações rápidas e globais a todos os níveis. É possível observar uma subida constante e gradual dos gases produtores de efeito de estufa, por efeito direto da ação humana, desde 1750. O roteiro para a neutralidade carbónica 2050 estabelece, de forma sustentada, a trajetória para atingir a neutralidade carbónica em 2050. Atingir a neutralidade carbónica em Portugal implica a redução de emissões de gases com efeito de estufa entre 85% e 90% até 2050 e a compensação das restantes emissões através do uso do solo e florestas, a alcançar através de uma trajetória de redução de emissões entre 45% e 55% até 2030, e entre 65% e 75% até 2040, em relação a 2005. Alcançar a neutralidade carbónica tem um impacto positivo na economia, na criação de emprego, fomenta o investimento e traduz-se em inegáveis ganhos em saúde. Alcançar a neutralidade carbónica tem um impacto positivo na economia, na criação de emprego, fomenta o investimento e traduz-se em inegáveis ganhos em saúde. A recente Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2021 (COP 26), alerta-nos que as medidas tomadas até agora não são suficientes para atingir o cenário de aquecimento global máximo de 1,5°C, tal como delineado nos acordos de Paris. A Assembleia Municipal de Almada, preocupada com a emergência climática e os seus impactos na saúde dos munícipes, recomenda que a Câmara Municipal de Almada atinja a neutralidade carbónica em 2035, tomando todas as medidas necessárias para a consecução deste objetivo.”



6.4.3 - O Senhor Deputado Municipal Paulo Júnior (CDU) para apresentar a Moção- Deliberação "Solidariedade com a luta dos trabalhadores da AMARSUL";

6.4.3.1 – O Senhor Deputado Municipal António Paulo Júnior (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que:

- No ano de 2021, os trabalhadores da AMARSUL apresentaram um caderno reivindicativo à empresa no qual constava o aumento de salários, a regulamentação do subsídio de risco e rodoviário, entre outras matérias.
- O caderno reivindicativo não obteve qualquer resposta por parte da administração, ou melhor, a resposta foi: "0% de aumento e não estamos dispostos a falar mais".
- Após a decisão dos trabalhadores em avançar para um processo de luta, especificamente uma greve agendada para o período entre 29 de novembro e 3 de dezembro de 2021, a EGF deu orientações à Amarsul para que os trabalhadores recebessem um cartão de compras Continente, no valor de 60€, supostamente para compensar os 20 meses de que estiveram na linha da frente em tempo de pandemia. Esta "oferta" representa 3€ por mês, ou 14 cêntimos por dia, valor que mal dá para comprar um papo-seco, e a ação da EGF foi considerada pelos trabalhadores como um puro ato de provocação e de enorme desconsideração pelo modo como desempenham as suas tarefas todos os dias.
- No primeiro dia de greve, a Administração da Amarsul deu instruções à empresa de trabalho temporário para enviar mensagens telefónicas onde esta referia "daqui fala da Autovision. Tivemos conhecimento que os colaboradores da Amarsul estão de greve, e por isso viemos enviar esta mensagem a informar que deverá apresentar-se ao serviço. Caso não o deixem entrar nas instalações, devera contactar imediatamente a Polícia. Obrigado e boa semana para si", tentando desta forma limitar os trabalhadores temporários de participar na greve.
- No terceiro dia de luta, 1 de dezembro, sem que nada o justificasse, a Administração da Amarsul, invocando a alteração da ordem pública, chamou as forças de segurança para os ecoparques de Palmela e do Seixal, tendo como objetivo impedir e afastar o piquete de greve de desempenhar as suas funções. Ocorrendo empurrões e várias tentativas de afastar de trabalhadores da sua função no piquete de greve no Ecoparque de Palmela, a mesma tentativa foi feita no Seixal, onde depois de informado o comando da PSP que o que existia era um conflito laboral e não um problema de ordem pública, este concordou com os argumentos apresentados e concluiu que a ordem pública não estava posta em causa.
- Nesse mesmo dia, por indicação da Direção Nacional da PSP, dá-se lugar à intervenção junto do piquete de greve afastando o mesmo da porta da empresa, impedido que o piquete constituído nos termos da lei cumprisse o seu papel e a sua função legalmente definida, para tal passou a efetuar as suas funções de outra forma.
- No decorrer do quarto dia de greve, 2 de dezembro, a PSP, a Administração da empresa e a Câmara Municipal de Almada decidem escoltar os camiões do lixo da Câmara Municipal de Almada, afastando o piquete de greve da porta do Ecoparque do Seixal, acantonando-o de forma violenta e agressiva, de forma que os camiões entrassem no aterro, e o piquete de greve deixasse de cumprir as suas funções.
- A intervenção da PSP excedeu os limites e funções da sua missão e valores, a Amarsul e o grupo EGF (Mota-Engil), contaram com o conluio do Governo, para o caso o Ministério da Administração Interna, para tal basta referir que os carros de intervenção rápida e a atuação policial se efetuava dentro das instalações da empresa e nas costas do piquete de greve.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 27 de dezembro de 2021, delibera:

1. Solidarizar-se com a justa luta dos trabalhadores da Amarsul, pelo aumento dos salários.
2. Solidarizar-se com a luta dos trabalhadores pela efetivação do seu vínculo laboral, pois nada justifica a contratação de 25% de trabalhadores a empresas de trabalho temporário, quando o posto de trabalho é permanente.
3. Repudiar todos os atos cometidos pelas forças de segurança que visaram reprimir e intimidar os trabalhadores em greve, impedindo o piquete de greve de exercer as suas funções nos termos legais.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4. Repudiar a atitude da administração da Amarsul (EGF/Mota Engil) pelo facto e não negociar com os seus trabalhadores o aumento de salário e restantes matérias reivindicativas, comprometendo deste modo o serviço público que deve prestar.
5. Saudar os munícipes do concelho de Almada pela forma cívica com que lidaram com a ausência de recolha de resíduos sólidos urbanos durante o período desta paralisação, evitando riscos para a saúde pública.
6. Exigir que a AMARSUL resolva os problemas laborais existentes encetando desde já um processo de diálogo junto da Comissão Intersindical, promovendo a melhoria das condições de vida e de trabalho dos seus trabalhadores, evitando conflitos laborais e cumprindo a lei, designadamente, respeitando o direito à greve, prestando o serviço essencial a que está obrigada e pelo qual é paga pelos munícipes deste concelho.
7. O Município de Almada, cliente da AMARSUL, mas também seu acionista, não pode admitir que os seus munícipes sejam prejudicados por uma empresa que, após a privatização da EFG, degradou a qualidade dos serviços prestados e não se apresenta disponível para uma negociação séria e de boa-fé com os seus trabalhadores e as suas organizações representativas.
8. Exortar o Executivo a tomar formalmente todas as diligências junto do Governo para a reversão da AMARSUL para a esfera exclusiva dos municípios, 100% pública retirando da proteção e defesa do ambiente o fator negócio.”

6.4.4 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) para apresentar o Moção-Deliberação “Pelo acesso imediato dos municípios da Península de Setúbal a uma mais justa repartição dos apoios comunitários”;

6.4.4.1 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Se existe algo que hoje reúne unanimidade entre as diferentes forças políticas e dezenas de instituições públicas e privadas da Península de Setúbal, é o reconhecimento de que esta região tem sido fortemente penalizada no acesso aos apoios resultantes de fundos comunitários disponibilizados pela União Europeia desde 1988, através dos sucessivos quadros comunitários de apoio financeiro.

O que se conhece do projeto de acordo para o Portugal 2030, vai uma vez mais penalizar a nossa região, já que para a Área Metropolitana de Lisboa se prevê que venha a receber apenas 3,9% do montante total destinado às regiões portuguesas. Isto é, em vez dos 817 milhões de euros incluídos no Portugal 2020, prevê-se que a Área Metropolitana de Lisboa receba apenas 381 milhões de euros no Portugal 2030 (menos 436 milhões de euros), ao mesmo tempo que as restantes NUTS II aumentam os seus envelopes financeiros. Para a Região Norte estão previstos 3.395 milhões de euros, para o Centro 2.172 milhões, Alentejo 1.104 milhões e Algarve 780 milhões.

Para além desta redução no montante global do apoio financeiro aos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, o projeto de acordo para o Portugal 2030 propõe ainda uma nova descida da taxa média de cofinanciamento do Programa Operacional da Região de Lisboa, passando de 50% no PT 2020 para 40% no PT 2030, o que coloca ainda maior pressão financeira no esforço financeiro dos agentes públicos e privados da região, e afastará do acesso aos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus as pequenas e médias empresas, o sector social e as organizações de base local.

A manter-se este projeto de acordo para o Portugal 2030, na década de maior afluxo de Fundos Europeus ao nosso país, na Área Metropolitana de Lisboa e em particular na Península de Setúbal, verificar-se-á uma redução global nas fontes de financiamento europeias.

Nestes termos, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 27, 28 e 29 dezembro de 2021, delibere:

1. Reclamar do Governo no âmbito do Portugal 2030, um tratamento para a Área Metropolitana de Lisboa, e em particular para os municípios da Península de Setúbal, consentâneo com o seu importante papel no desenvolvimento, não apenas da Região, mas sobretudo do País.
2. Reconhecida por todos a discriminação negativa a que foram sujeitos os municípios e os restantes agentes económicos da Península de Setúbal nos últimos trinta e três anos, exige-se também que no âmbito do PT 2030, que agora entra em vigor, existam compensações financeiras para os municípios da Região que permitam acabar com essas discriminações.”



6.4.5 - A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU) para apresentar a Moção-Deliberação "Assinalar o dia 25 de novembro, Dia da Erradicação da Violência contra as Mulheres. Viver Direitos. Vencer Violências";

6.4.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No dia 17 de novembro de 1999, a Assembleia Geral das Nações Unidas designou o dia 25 de Novembro como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, alertando para um problema que atinge mulheres de todo o mundo.

As Nações Unidas definem a violência contra as mulheres como "qualquer ato de violência baseado no género do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada".

A violência contra as mulheres tem múltiplas dimensões: desde logo, a estrutural, com expressão através da pobreza, da exclusão social, da exploração laboral, da insuficiência de rendimentos ou da privação de acesso a bens e serviços essenciais; ou a violência doméstica, no namoro, a violência sexual e a violação, o assédio moral, o casamento infantil, a prostituição e o tráfico de seres humanos, entre muitas outras que persistem. São devastadoras as suas consequências, no curto e no longo prazo, na saúde física e mental, no bem-estar, na realização pessoal das vítimas e no estatuto de todas as mulheres.

A mais visível é a violência doméstica que continua a fazer vítimas todos os dias. Embora tenha sido declarada crime público há mais de 20 anos (2000), continuam insuficientes os meios disponíveis para a combater, como reconhece a própria Procuradora-Geral da República. Faltam meios humanos especializados, quer ao nível da investigação, quer ao nível dos tribunais.

Existe, em Portugal, legislação para a prevenção da violência doméstica, a proteção da vítima e a reparação das consequências que as marcam para a vida. Mas importa que essa legislação seja aplicada em todos os domínios. Importa construir políticas públicas que garantam a prevenção e a correta avaliação de risco, disponibilizando serviços públicos (sociais, jurídicos, de saúde) em todo o território nacional, com recursos humanos suficientes e com formação adequada às necessidades de confiança e segurança das mulheres vítimas.

Entre os mais jovens persistem mitos e estereótipos de desculpabilização de atos abusivos, de minimização da ação do agressor e de culpabilização da vítima. Legitima-se o ciúme, o sentimento de posse e desvalorizam-se as diferentes formas que assume a violência nas relações de namoro, incluindo a violência sexual. Constrói-se, assim, a antecâmara da violência doméstica entre os mais jovens.

Mas a violência nas relações de intimidade está longe de ser a única forma de violência com que as mulheres se confrontam!

A prostituição é outra forma de violência que se abate sobre as mulheres, forma de escravatura incompatível com a dignidade e os direitos humanos. A prostituição sustenta um sistema que, à custa da exploração e humilhação das mulheres prostituídas, dá muito dinheiro a ganhar aos que vivem à custa daquela exploração. E é essa exploração que há quem pretenda regulamentar, com argumentos falaciosos de defesa dos direitos das mulheres prostituídas, mas que mais não visa que normalizar a prostituição, tornando-a socialmente aceitável, e descriminalizar e facilitar o negócio do lenocínio, tornando o Estado português cúmplice da exploração das mulheres prostituídas e tornando o sistema prostitucional e as suas vítimas uma fonte de receita do erário público. Em Portugal a prostituição não é crime. No quadro jurídico nacional, crime é o lenocínio!

Ao sistema prostitucional associa-se ainda outra forma de violência contra as mulheres: o tráfico de seres humanos. De acordo com a ONU, 70% das pessoas traficadas são mulheres, quer para exploração laboral, quer, e principalmente, para exploração sexual. Tráfico que gera lucros elevadíssimos e cujos resultados em trabalhos forçados e exploração sexual atingem montantes superiores à riqueza produzida em alguns países. Tráfico que é o resultado do mundo em que vivemos e que faz do desespero de uns o lucro de outros. É a fome e a guerra que atiram as mulheres para as garras dos traficantes!



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

As raízes da violência são profundas e assentam em mecanismos milenares de opressão, desigualdade e discriminação das mulheres, tanto na esfera pública, como na esfera privada.

A violência contra as mulheres não pode ser tolerada, seja qual for a forma que assuma ou o espaço em que aconteça! A violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos das mulheres.

Decorridos 47 anos sobre 25 de Abril de 1974, dia em que o Povo Português conquistou a Liberdade e foi aberto o caminho para que as mulheres tivessem os mesmos direitos que os homens, não há desculpa para os retrocessos nos direitos das mulheres nem para o abrandamento do combate às diversas formas de exploração, opressão e violência contra as mulheres.

À dimensão, gravidade e urgência do problema da violência sobre as mulheres tem que corresponder, com igual determinação, a adoção de medidas concretas.

O Poder Local Democrático, porque mais próximo das populações e enquanto instituição que emprega milhares de trabalhadoras e trabalhadores, tem que assumir também como prioridade das suas políticas, a erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres, nomeadamente as que ocorrem no local de trabalho e na sociedade.

Nestes termos, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 27, 28 e 29 dezembro de 2021, delibere exortar os órgãos de soberania a tomar medidas concretas de prevenção e combate às múltiplas formas de violência sobre as mulheres, nomeadamente:

- a) Proceder ao reforço dos meios financeiros, técnicos e humanos, visando adotar os diversos serviços públicos dos meios indispensáveis a superar insuficiências e a poderem cumprir o seu papel na prevenção e combate à violência doméstica (centros de saúde e hospitais, escolas e universidades, forças de segurança, polícia de investigação criminal, Ministério Público, Tribunais e serviços de segurança social).
- b) Exigir o cumprimento da legislação em matéria de violência doméstica, com o reforço do investimento público para uma adequada proteção das mulheres vítimas desta forma de violência, nomeadamente uma maior celeridade na avaliação de risco e na decisão de medidas de proteção à vítima e de coação ao arguido em 72 horas, como está estabelecido e reforce a proteção das mulheres, antes e depois de ter sido atribuído o estatuto de vítima.
- c) Sinalizar e acompanhar os agressores, não apenas no decurso do processo criminal e judicial, mas igualmente com medidas que permitam perceber as causas de tais práticas e prevenir futuras reincidências.
- d) Manter a criminalização do lenocínio.
- e) Reconhecer a prostituição como uma aviltante forma de violência, recusando a utilização do termo “trabalho sexual”.
- f) Adotar programas específicos que assegurem saídas às mulheres prostituídas, a serem implementados nos serviços públicos e no setor social, em proximidade com as mulheres e apoio nas suas necessidades específicas, numa intervenção assente no acompanhamento contínuo, sem juízo de valor, com medidas de reinserção e proteção social, de acesso à habitação, saúde, educação e formação profissional.
- g) Assegurar o cumprimento dos direitos das mulheres, combatendo a exploração laboral, as desigualdades e discriminações, procedendo à elevação dos seus rendimentos do trabalho, o direito à habitação, a uma rede de equipamentos sociais, entre outros.”

6.4.6 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU) para apresentar Moção-Deliberação “Pela Reposição das Freguesias”;

6.4.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O processo de agregação/extinção de 1168 Freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei nº 22/2012, de 30 de maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos.



A extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros, afastou os eleitos das populações, dificultou a capacidade de intervenção na resolução de problemas. Perdeu-se a identidade de cada Freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos.

Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, que visavam a reposição das Freguesias extintas no respeito pela vontade expressa pelas populações e pelos órgãos autárquicos, a concretizar nas eleições autárquicas realizadas em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS.

De então para cá as populações continuaram a reivindicar a reposição das Freguesias extintas contra a sua vontade.

Oito anos depois da extinção das Freguesias, e mantendo-se viva a vontade e a luta pela sua reposição, impunha-se a criação de um regime excecional que permitisse que as Freguesias pudessem ser repostas nas eleições autárquicas realizadas em 2021, dando resposta cabal à vontade das populações.

Os sucessivos atrasos do Governo PS na entrega da proposta de Lei na Assembleia da República (só o fez no final de dezembro de 2020), o lento andamento dos trabalhos da comissão competente e a rejeição do Projeto de Lei do PCP no mesmo sentido, impossibilitaram a reposição das Freguesias no âmbito das eleições autárquicas de 2021, a exemplo daquilo que se tinha verificado em 2017.

A Lei nº 39/2021 de 24 de junho, entretanto aprovada pelo PS, PSD, PAN e IL, define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de Freguesias, mas não responde à reivindicação de reposição de todas as Freguesias.

A obrigação de cumprimento de alguns dos critérios no processo de reposição de Freguesias como determina o diploma aprovado, inviabiliza na prática a devolução de muitas Freguesias às populações, mesmo que estas o defendam.

Apesar das limitações impostas pela lei, importa agora no seu cumprimento e execução, intervir para concretizar a reposição das Freguesias em todas as situações possíveis. Nesse sentido, deve ser tido em conta que a Lei nº 39/2021, de 24 de junho entra em vigor 180 dias após a sua publicação, ou seja, no final de dezembro de 2021.

Após essa data e durante um ano, terão início os procedimentos visando a reposição das freguesias extintas, nos termos do artigo 25º (procedimento especial, simplificado e transitório), mediante deliberação das respetivas Assembleias de Freguesia e Assembleias Municipais.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 27 de dezembro de 2021, manifesta o seu empenhamento pela reposição das Freguesias de Almada, Cacilhas, Caparica, Charneca de Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal, Sobreda e Trafaria, de acordo com a vontade das populações, e delibera o início dos procedimentos necessários para a sua concretização, designadamente a convocação da Assembleia Municipal de Almada especificamente para o efeito.”

6.4.7 - O Senhor Deputado Municipal Luís Daniel Jacinto (CDU) para apresentar a Moção-Deliberação “Em Defesa dos Valores Ambientais da Reserva da Mata dos Medos – Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica”;

6.4.7.1 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Jacinto (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) está a levar a cabo uma ação na Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos visando, segundo este Instituto, a “prevenção estrutural contra incêndios, de restauro, conservação e valorização dos habitats naturais...”, e visando “...a educação ambiental...”.

Esta intervenção consiste essencialmente “...entre outras, em operações de desbaste de pinheiros mansos, como objetivo de promover a melhoria de condições de crescimento de árvores (...), reduzir o ensombramento do sub-bosque, promovendo (...) diversidade florística. (...), desramação das árvores” promovendo medidas “para a estratégia de defesa da floresta contra incêndios”, incidindo “numa área de cerca de 100 hectares (...) entre o Posto da GNR e a base da NATO”. Esta ação “(...) restituirá à mata, características semelhantes às que ocorriam antes do incêndio de 1983”.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Paralelamente aos trabalhos de gestão florestal decorrem também trabalhos com vista ao ordenamento e melhoria das condições de visitação e educação ambiental: instalação de percursos acessíveis, assegurando a acessibilidade a pessoas de mobilidade reduzida, com recurso a passadiços de madeira na parte norte da Mata Nacional dos Medos”.

Adianta ainda o ICNF, na sua resposta a cidadãos que “O material resultante (...) fica a cargo da empresa contratada (...) através de concurso público.”

A secular Mata Nacional dos Medos é Reserva Botânica e está integrada na Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica, Área Protegida criada em 1984, estendendo-se ao longo da orla litoral numa extensão de 13 km, cobrindo uma superfície de 1.552 hectares em território dos municípios de Almada e Sesimbra.

A Mata dos Medos é Reserva por possuir grande interesse botânico e paisagístico, destacando-se os habitats dunares constituídos por zimbrais com grande valor conservacionista, isto é, com alto valor ecológico.

Enquanto cidadãos, vários eleitos da CDU de diferentes órgãos, incluindo a Assembleia Municipal, associaram-se às ações de protesto organizadas pelo Fórum Iris Ambiente e pelo Movimento em Defesa da Mata dos Medos, que ocorreram nos dias 11 e 18 de dezembro.

Foi possível constatar a falta de informação sobre o que de facto está a ocorrer no terreno, e que a Câmara Municipal tem o direito de ser amplamente informada e o dever de acompanhar todo o processo. Constata-se também uma total ausência de discussão pública, para que os cidadãos conscientes da importância da Mata Nacional dos Medos, que tem não só para o concelho, como para a região e para o país, possam ver esclarecidas as suas dúvidas e ouvidas as suas propostas.

O que é possível verificar in loco, contradiz a informação disponibilizada aos cidadãos em aspetos que consideramos fulcrais:

- Toda a operação está a ser levada a cabo por maquinaria pesada em solo arenoso e dunar, suscetível de causar danos na flora e fauna das zonas intervencionadas, e cuja movimentação aparentemente indiscriminada, levou à criação artificial de trilhos e zonas de armazenamento de estilha e troncos de árvores adultas saudáveis, em áreas interiores distantes dos trilhos principais de corta-fogo.
- Foi também usada, em vários locais, maquinaria pesada para processamento e transformação de manto e matéria orgânica em biomassa.
- Não se conhece a quantidade, tipo, valor e destino dos detritos acima mencionados.
- A operação de desramação inclui, de facto, uma operação de abate de pinheiros mansos, com a criação de clareiras que certamente não estariam previstas inicialmente.
- Não foi possível verificar qualquer ação de replantação de pinheiros mansos.
- A instalação de passadiços, cujo projeto não é conhecido, assim como os estudos de impacto ambiental e os resultados da consulta pública (se a mesma existiu), relativo ao propósito e quantidade desses caminhos e o seu previsível impacto na fauna e flora da Mata dos Medos.
- Neste sentido, é fundamental conhecer o impacto dessa invasão da atividade humana, essencialmente nos ciclos de reprodução e nidificação de aves, e tanto no nascimento como no crescimento normal de crias de mamíferos, na Primavera e no Verão, altura em que o potencial de visitas, já de si de grande significado, pela proximidade à Capital e estando inserida na Área Metropolitana de Lisboa, potenciada pela presença de muitos milhares de pessoas nas praias da Costa de Caparica, aumentando exponencial e previsivelmente o número de visitantes.
- Preocupa-nos que a intenção pedagógica se esvazie no comportamento dos visitantes, depositando lixo, levando consigo animais de companhia soltos, desrespeitando a mata, e até, como terá sido já documentada, a agressão e morte de espécies selvagens habitantes da mata.
- Preocupa-nos que o Governo, à semelhança da prática relativa a outras instituições públicas, insista em subfinanciar a atividade dos organismos que superintende, não assegurando a dotação de recursos humanos e financeiros necessários à indispensável fiscalização e educação ambiental.
- A Reserva Botânica da Mata dos Medos é uma área arbustiva e arbórea extensa, que pela sua localização é sujeita a uma pressão urbanística significativa, pelo que devem ser adotadas as ferramentas que permitam conter essa pressão, limitando a pressão exercida pela presença humana nas suas zonas mais sensíveis.



Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, delibere:

1. Recomendar ao Governo que defina e aplique uma política que assegure que todos os projetos (em curso e futuros) de intervenção em áreas naturais protegidas por lei, sejam objeto de discussão pública e cabal informação, envolvendo amplamente os órgãos autárquicos representantes primeiros das populações.
2. Solicitar ao Ministério do Ambiente e Ação Climática a reavaliação urgente da intervenção em curso na Mata dos Medos, em parâmetros que permitam salvaguardar integralmente os valores ambientais, faunísticos e florísticos daquela reserva botânica.
3. Solicitar ao Ministério do Ambiente e Ação Climática informação detalhada sobre o projeto, a extensão e a localização exata dos passadiços a instalar na Mata dos Medos, bem como dos seus impactos gerais na fauna e flora daquela Reserva Botânica, classificada desde 1971.
4. Instar o Governo a garantir os meios humanos, materiais e financeiros indispensáveis à rigorosa fiscalização e intervenção pedagógica junto dos visitantes da Mata dos Medos.
5. Recomendar que a Câmara Municipal de Almada, enquanto órgão local a quem compete gerir e zelar pela integridade do território municipal, assuma a defesa intransigente da Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos em toda a sua extensão, nomeadamente pela integral manutenção daquela área natural, contendo a pressão urbanística e protegendo-a de intervenções agressivas e invasoras futuras."

6.4.8 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS) para apresentar um Voto de Saudação "Anúncio do Governo em apresentar às instâncias europeias o processo para que a Península de Setúbal passe a ter a classificação de NUTS II e NUTS III no acesso a fundos comunitários";

6.4.8.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS);

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O acesso aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento é apurado predominantemente a partir do indicador "PIB per capita", corrigido pela paridade do poder de compra, e distribuído por cada país com base nas regiões de nível NUTS II.

Atualmente, Portugal Continental encontra-se organizado em cinco NUTS II. O Norte, o Centro e o Alentejo são considerados regiões menos desenvolvidas, o Algarve é considerado região de transição e a Área Metropolitana de Lisboa (AML) é a região mais desenvolvida do conjunto, com um PIB per capita superior a 100% da média UE27. Contudo, há muito que se sabe que este valor é fortemente inflacionado pelo PIB dos concelhos mais ricos da Margem Norte da AML. De facto, com números de 2016, os concelhos de Almada, Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal registaram, em conjunto, um PIB per capita equivalente a apenas 58% da média UE. O PIB per capita da AML omite, portanto, importantes desequilíbrios económicos e sociais nesta região. A consequência deste desequilíbrio traduz-se no acesso aos fundos comunitários.

O Portugal 2030 dispõe de 25 mil milhões de euros para o país, que somado ao Quadro Financeiro plurianual atinge um montante de cerca de 30 mil milhões de euros. A AML terá acesso a apoios de apenas 380 milhões de euros e com taxas de cofinanciamento de 40%, quando em regiões semelhantes à Península de Setúbal se continuarão a fixar até 85%. Tudo isto em contraciclo com as necessidades de convergência e de desenvolvimento desta Península. Mesmo mediante a abertura de avisos com majoração de taxas de comparticipação dirigidos aos concelhos da Península de Setúbal, esse valor será sempre demasiado exíguo para as necessidades regionais.

É de lembrar, ainda, que esta injustiça no acesso a fundos comunitários para a península de Setúbal foi criada em 2014, por decisão do então governo PSD/CDS, que deliberou que a AML passaria a ser simultaneamente NUTS III e NUTS II, com todos os efeitos resultantes desta equiparação que vieram prejudicar fortemente a economia e o desenvolvimento da região.

Exatamente por isso, na Península de Setúbal os deputados da Assembleia da República, os autarcas e o setor empresarial do distrito têm lutado por esta realidade junto do Governo, para que seja reposta a Justiça para a Península de Setúbal no acesso aos Fundos Comunitários, manifestando a sua unanimidade em torno da



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

necessidade da criação de uma NUTS III e de uma NUTS II para a Península de Setúbal, mas sem que isso colocasse em causa a composição atual da AML. Foi igualmente referida a necessidade dessas alterações serem concluídas a tempo de entrarem em vigor no quadro comunitário de apoio imediatamente seguinte ao Portugal 2030.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 27 de dezembro de 2021 delibera saudar e congratular o anúncio feito no passado dia 26 de novembro pelo Primeiro-Ministro, António Costa, de que, até fevereiro próximo, o Governo vai apresentar às instâncias europeias o processo para que a Península de Setúbal passe a ter a classificação de NUTS II e de NUTS III, condição fundamental de correção da iniquidade no acesso a fundos comunitários.”

6.4.9 - A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN) para apresentar uma Recomendação sobre “Criação de um Corpo de Voluntários do Centro de Recolha Oficial de Almada”;

6.4.9.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que:

Os Centros de Recolha Oficial de Animais (CROAs) enfrentam, em geral, diversas dificuldades na gestão do espaço e na capacidade de proporcionar aos animais que alojam, as melhores condições possíveis. Almada não é exceção. O CROA de Almada para além de ter uma lotação diminuta para as necessidades do concelho, está sempre sobrelotado, não conseguindo dar resposta aos inúmeros pedidos dos munícipes para animais errantes ou abandonados. A construção de um novo Centro de Bem-estar Animal, com novas valências, melhores condições e maior lotação impõe-se, mas até esse centro ser uma realidade, é necessário dar uma resposta ao problema da sobrelotação do CROA, assim como melhorar a qualidade de vida dos animais alojados no Centro. A permanência de animais no CROA por muito tempo, dificulta que outros animais possam ser ajudados e transforma aquilo que deveria ser temporário, num alojamento permanente para tantos animais. Para que esta realidade mude, é necessário aumentar o número de adoções dos animais que se encontram no CROA e isso só é possível através de campanhas de sensibilização, socialização dos animais, contacto dos animais com a população em geral e ações frequentes de divulgação dos animais residentes. São inúmeros os municípios que têm um corpo de voluntários nos seus Centro de Recolha, através de parcerias com entidades e associações, com resultados muito positivos. Estas parcerias permitem não só proporcionar uma maior qualidade de vida aos animais alojados nos centros, reduzindo o stress associado ao confinamento, proporcionando-lhes cuidados mais próximos, passeios no exterior e mais contacto com pessoas e outros animais, mas também aproximar o Centro de Recolha da população e 2 Pessoas – Animais – Natureza Assembleia Municipal de Almada, Praceta Bento Gonçalves, 20, Int. Esq., Cova da Piedade, 2805-101 Almada Tel 21 272 40 14 / 21 274 87 68 E-mail amalmada@pan.com.pt criar assim uma maior taxa de adoções e uma maior compreensão do trabalho desenvolvido pelos serviços. O trabalho voluntário pretende assim, ser um complemento e uma mais-valia ao trabalho que os serviços desempenham, não substituindo a necessidade de reforço de recursos humanos e materiais do CROA, devendo os voluntários ter formação e acompanhamento por parte dos serviços nos vários níveis de atuação. O voluntariado está presente em diversas entidades e instituições, enquanto prática cívica que contribui para a construção de uma sociedade mais coesa e solidária, fazendo a diferença na forma como nos relacionamos com o outro e na vida daqueles que ajuda. Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 27, 28 e 29 de dezembro de 2021, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada a Criação do Corpo de Voluntários do Centro de Recolha Oficial de Animais de Almada.”

6.4.10 - O Senhor Deputado Municipal Karim Quintino para apresentar uma Moção-Recomendação “Por mais e melhor investimento no Serviço Nacional de Saúde no Distrito de Setúbal”;



6.4.10.1 – O Senhor Deputado Municipal Karim Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde, agravado pela austeridade imposta pela Troika e, até hoje, não revertida na totalidade, deixou o distrito de Setúbal numa situação alarmante, onde as ofertas em saúde escasseiam, deixando milhares de cidadãos e cidadãs sem qualquer apoio. O acesso aos cuidados de saúde, as disparidades nos determinantes ambientais, económicos e sociais da saúde, as desigualdades no estado de saúde das comunidades e a sua relação com o SNS, foram as dimensões mais afetadas e o seu impacto económico e social não pode ser escamoteado. A utilização adequada dos serviços de saúde implica uma oferta de cuidados de saúde de proximidade, devendo estes ser o contacto primordial das populações com o SNS, evitando o recurso às urgências hospitalares por queixas comuns, facilmente tratáveis no domicílio e/ou no âmbito dos cuidados de saúde primários. A pandemia do COVID-19 veio tornar clara a fragilidade estrutural do SNS e agravou estas dificuldades pré-existentes. O distrito de Setúbal apresenta várias assimetrias, encontrando-se globalmente com indicadores de saúde abaixo da média nacional, que refletem a ação dos determinantes sociais da saúde, assim como o deficit no acesso aos cuidados de saúde. Todos os concelhos do distrito possuem menos médicos que a média nacional. A contagem do número de enfermeiros é inflacionada pelos concelhos com hospital e, analisando apenas os concelhos sem hospital, todos apresentam um número de enfermeiros bastante inferior à média nacional. É importante realçar que, mesmo nos concelhos com hospital, o número de médicos é inferior aos números nacionais. No concurso nacional realizado este ano para a contratação de médicos de família, o número de vagas preenchidas ficou muito longe do que seria desejável. Em 459 vagas, existiram 447 candidatos, dos quais, 130 desistiram, correspondendo este número a 200 mil utentes sem médico de família. Em Lisboa e Vale do Tejo, das 230 vagas existentes, nem metade foram preenchidas, sendo a região do país com o pior cenário, seguindo-se o Alentejo e Algarve, onde a taxa de ocupação é inferior a 60%. Esta dinâmica também se verifica no investimento. Nos equipamentos de imagem, por terem um custo elevado e haver uma reconhecida carência, encontramos uma preocupante situação: um recuo no SNS e uma progressão no setor privado. Acresce a esta escassez o facto de existirem profundas desigualdades geográficas, com o Alentejo a não registar um único aparelho de ressonância magnética. A suspensão da atividade programada foi mais severa no distrito em 2020 e especialmente em 2021. No ano passado ficaram por realizar 8.322 cirurgias (uma redução de 20,89%, comparada com uma redução de 19,05% a nível nacional). Até fevereiro deste ano tinham ficado por realizar 2.359 cirurgias - uma redução homóloga de 45,11%, comparada com apenas 23,71% de redução a nível nacional. Até fevereiro o distrito tinha um défice de 10.681 cirurgias, sendo Barreiro e Setúbal os concelhos mais atingidos. São necessárias medidas urgentes para superar esta situação. Dentro das competências autárquicas, há algumas medidas que devem ser adotadas para melhorar a saúde no distrito. Há largas décadas que a recusa das autarquias em fazer qualquer tipo de intervenção que não seja claramente da sua competência, atribuindo assim responsabilidades ao governo central, priva as populações de equipamentos e profissionais essenciais. Nos cuidados de saúde primários, é urgente a construção de novas unidades, como na Quinta do Conde – uma freguesia que registou dos maiores crescimentos populacionais do país, no Feijó, em Corroios, na Baixa da Banheira, na Moita, no Alto do Seixalinho ou em Azeitão e São Sebastião em Setúbal, só para dar alguns exemplos. O mesmo se passa com as dificuldades sentidas em relação a equipamentos hospitalares, a construção do hospital do Seixal, o hospital de dia e centro de desenvolvimento do Hospital Garcia de Orta, a requalificação do hospital do Barreiro e Montijo, a construção do novo edifício do Centro Hospitalar de Setúbal e a salvaguarda das competências do Centro Ortopédico do Outão, um novo serviço de urgência no Litoral alentejano e a descentralização do ambulatório para os centros de saúde. Sem esquecer que há outros equipamentos ou veículos para o funcionamento das UCC, que precisam de obras, atualizações e reparações. As Câmaras são atores centrais da política local, tendo obrigação de manter os seus planos locais de saúde atualizados. Estes programas devem explicar qual o papel das Câmaras na translação dos programas prioritários de saúde para a dimensão local.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária em 27, 28 e 29 de dezembro delibera recomendar:



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 1 - Ao governo que acelere os investimentos no distrito de Setúbal, nomeadamente nos cuidados de saúde primários, e equipamentos hospitalares com a urgente construção de novas unidades, no Feijó, em Corroios, na Baixa da Banheira, na Moita, no Alto do Seixalinho ou em Azeitão e São Sebastião em Setúbal; a construção do hospital do Seixal, o hospital de dia e centro de desenvolvimento do Hospital Garcia de Orta, a requalificação do hospital do Barreiro/Montijo, a construção do novo edifício do Centro Hospitalar de Setúbal e a salvaguarda das competências do Centro Ortopédico do Outão, e um novo serviço de urgência no Litoral alentejano;
- 2 – Ao governo a criação de condições para a atribuição de um enfermeiro e médico de família a todos e todas os residentes no distrito. Aumentar a dotação de profissionais dos serviços partilhados dos ACES (psicólogos, saúde oral e consultores hospitalares para as áreas mais relevantes);
- 3 - Ao Município, a Criação do Conselho Municipal da Saúde e plano local de Saúde;
- 4 - Envolver a autarquia nas vertentes locais dos programas nacionais de saúde, como na cessação e prevenção tabágica, na prevenção da obesidade infantil, saúde sexual e reprodutiva e em programas de saúde centrados nos cuidados das doenças crónicas numa perspetiva de prevenção, diagnóstico precoce e capacitação para o autocontrolo;
- 5 - Instituir e estimular uma participação autárquica relevante, na implementação de políticas de rastreio e prevenção em saúde, como na vertente oncológica, doenças cardiovasculares ou diabetes e na promoção de estilos de vida saudável;
- 6 - Desenvolver programas de estímulo à fixação de profissionais de saúde nas zonas mais carenciadas;
- 7 - Fornecer todo o apoio logístico à consecução dos objetivos de controlo da pandemia e ao transporte de profissionais de saúde ou utentes para cumprir os objetivos da vacinação.”

6.4.11 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentar uma Moção-Deliberação “Falta de Médicos de Família no Concelho de Almada”;

6.4.11.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que o acesso à saúde é um direito consagrado no nº 64º Artigo da Constituição da República Portuguesa (C.R.P.), onde todos têm direito à saúde e dever de a promover e defender, existe ainda um número considerável de cidadãos que se encontram privados do acesso a médico de família.

Considerando ainda que o Serviço Nacional de Saúde (SNS), vive há largas décadas com problemas e constrangimentos que impossibilita níveis de atendimento e prestação de cuidados médicos adequados aos reais problemas de saúde dos cidadãos quer em infraestruturas, pessoal médico, enfermeiros, pessoal auxiliar e demais profissionais de saúde, junta-se o problema da falta de acesso por muitos cidadãos ao seu médico de família.

Uma vez que o médico de família é o garante de uma relação de proximidade entre o utente/cidadão com o sistema de saúde, para além das suas competências profissionais de assistência ao paciente, é o profissional de primeira linha de atendimento ao cidadão na prossecução do seu direito de acesso a bons cuidados médicos que qualquer Estado deve garantir.

O mesmo Estado deve fazer cumprir os direitos consagrados nomeadamente o garante de uma racional e eficiente cobertura de cuidados médicos às populações através de recursos humanos e unidades de saúde ao seu serviço.

Numa época de uma perigosa pandemia onde todos os recursos por si só são escassos, a figura do médico de família nunca fez tanto sentido como no presente, desafogando hospitais e libertando outros profissionais para demais tarefas prioritárias e urgentes, considerando o número de pacientes a assistir e a necessitar de cuidados médicos.

O problema da falta de médicos de família representava no início do presente ano cerca de 53 mil utentes divididos entre o ACES Almada/Seixal, situação gravosa para as populações que necessitam de atendimento e de cuidados médicos básicos muitos deles idosos.



Só no concelho de Almada, dados oficiais do ACES, no ano passado, ano de início da pandemia, registavam-se 15.319 utentes sem médico de família.

Assim, e apesar do esforço da tentativa de resolução do problema da falta de médicos de família pela tutela, o mesmo denota-se ainda insuficiente, considerando que muitos cidadãos se encontram ainda privados desse direito constitucionalmente consagrado, numa altura onde os cuidados de saúde são cada vez mais imprescindíveis tendo em conta ainda a taxa de envelhecimento do país acarretando dessa forma a necessidade de, mas cuidados e de mais assistência aos utentes.

Em conclusão, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 27,28 e 29 de dezembro de 2021, delibera os seguintes pontos:

- 1 - Alertar para a falta de médicos de família no concelho de Almada que possa cobrir e dar assistência a todos os munícipes, pugnando junto da tutela que providencie todos os esforços para resolução do problema
- 2 - Homenagear e reconhecer o esforço dos profissionais de saúde, pessoal auxiliar e voluntário, tal como as diversas entidades, no empenho manifestado no processo de vacinação no concelho de Almada."

6.4.12 - O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentar a Moção "Extensão do Metro de Superfície à União de Freguesias da Charneca de Caparica-Sobreda";

6.4.12.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Mobilidade, as acessibilidades, e em grande medida os transportes públicos, devem constituir-se como direitos fundamentais dos cidadãos à sua deslocação dentro das cidades e dos concelhos.

A livre circulação de pessoas deverá ser uma garantia e um direito salvaguardado pelo Estado e pelas demais entidades como é o caso do poder local autárquico, para que todas possam ter oportunidade e acesso aos meios quer de transporte quer de vias de circulação em segurança e de forma atempada, sendo que o transporte público tem um papel preponderante na organização de toda a mobilidade e acessibilidades.

Só com transportes adequados às necessidades das populações se pode cumprir esse desígnio na procura e no incentivo de novos meios de transporte mais económicos e mais saudáveis ao meio ambiente de forma a mudar hábitos e mentalidades que possam contribuir para um maior desenvolvimento sustentável.

No que respeita ao transporte ferroviário ligeiro como é o caso do metro de superfície, são mais que evidentes os benefícios para quem procura e tem necessidade de se deslocar, considerando o pouco tempo de espera entre composições, a comodidade, o baixo custo do transporte, a baixa carga de poluição comparando com outros meios de transporte ou transporte individual, isto a acrescentar a considerar ainda a segurança.

Relativamente ao concelho de Almada, são já inúmeras as localidades e freguesias que beneficiam deste meio de transporte, transportando diariamente um número considerável de passageiros nomeadamente em movimentos pendulares, tornando-se um meio de transporte eficaz e adequado às verdadeiras necessidades das populações.

Com a possibilidade da extensão do metro de superfície dentro do concelho de Almada fazendo a ligação com outros meios de transporte como é o caso do transporte fluvial e mesmo o rodoviário aproveitando ainda as ciclovias, ganha cada vez mais força a extensão da linha até à Costa da Caparica, acarretando todos os benefícios decorrentes deste meio de transporte.

Acresce, porém, que também a Charneca da Caparica tem há largas décadas problemas ao nível da mobilidade e das acessibilidades, não obstante as melhorias que têm vindo a ser criadas através de novos acessos e artérias tal como vias requalificadas, problemas esses que identificam bem o deficiente acesso das populações das várias localidades da freguesia aos transportes públicos quer em termos de horários quer em termos de rotas.

Com uma população a rondar os 45 mil habitantes, considerando também a localidade da Sobreda, uma elevada maioria dos charnequenses e sobredenses, vêem-se privados de um acesso aos transportes públicos em condições adequadas às suas necessidades de movimentação dentro e para fora da localidade pois a cobertura dos transportes ficam muito aquém das pretensões das populações.

O metro de superfície com linha nas localidades da Charneca e Sobreda da Caparica, em complemento com outros meios de transportes, traria novas oportunidades em termos de mobilidade e acessibilidades não só



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

como meio de transporte às populações, mas também oportunidades para a criação de novas centralidades e de desenvolvimento da freguesia.

A sua extensão serviria ainda para corrigir horários totalmente desfasados da realidade e para a criação de novas rotas que possam servir as populações nos acessos a serviços indispensáveis nomeadamente à população carenciada e de mais idade.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 27, 28 e 29 de dezembro de 2021, vem desta forma, defender a extensão da linha do metro de superfície às localidades da Charneca e Sobreda da Caparica, de forma a integrar este meio de transporte na rede de transportes da freguesia, complementando com outros meios de transporte público, a fim de melhorar a qualidade das acessibilidades das populações da união de freguesias.”

6.4.13 - O Senhor Deputado Municipal Daniel Silva (PS) para apresentar a Moção “Almada, Município sem SIDA”;

6.4.13.1 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Câmara Municipal de Almada aderiu, em outubro de 2018, ao “Fast-Track Cities – Cidades na Via Rápida” para acabar com o Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) e lançou, em fevereiro de 2020, a estratégia “Almada, Município Sem Sida”, que abrange o alargamento do acesso aos serviços de prevenção, diagnóstico, acompanhamento e tratamento das pessoas com VIH e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), Tuberculose e Hepatites Virais, incluindo a promoção do combate ao estigma e à discriminação das pessoas que vivem com VIH.

Em concreto, a Câmara Municipal de Almada celebrou um protocolo com o Grupo de Ativistas em Tratamentos (GAT), a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) e o Hospital Garcia de Orta (HGO) para o funcionamento do Centro de Respostas de Saúde e Sociais, onde é promovido, de forma gratuita, rápida e anónima, o rastreio do VIH e de Hepatites Virais.

Por iniciativa da Câmara Municipal de Almada foi também cedida ao GAT, desde o passado mês de maio, a Unidade de Saúde Móvel (USM) “Dar + Saúde à Saúde”, que percorre todo o território do concelho, promovendo a realização de testes de VIH, Hepatites e outras IST’s. Esta iniciativa tem obtido uma boa adesão dos munícipes, como está plasmado no mais recente relatório divulgado.

Num contexto em que o distrito de Setúbal figura como o terceiro distrito do país com maior taxa de incidência de novos casos de infeção por VIH diagnosticados e o concelho de Almada tem igualmente uma taxa acima da média nacional, a atuação da Câmara Municipal de Almada deve ser saudada.

Almada, que constitui um território de muitos, aberto a toda a diferença e sempre disponível para promover o combate a qualquer tipo de discriminação, dispõe, assim, de uma resposta inovadora, equitativa, inclusiva, responsiva, resiliente e sustentável.

Estas iniciativas, executadas em parceria com as entidades acima indicadas, inserem-se num conjunto de políticas públicas que tem sido levada a cabo pela Câmara Municipal de Almada, no sentido de promover a construção de um Município mais saudável.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão pública ordinária no dia 27 de dezembro de 2021 delibera saudar o executivo da Câmara Municipal de Almada pela iniciativa “Almada, Município Sem Sida” e pelos bons resultados que até ao momento tem apresentado, contribuindo para a melhoria da saúde pública no nosso Concelho.”

6.5 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Nuno Mendes (CHEGA), António Pedro Maco (CDS-PP), Margarida Paulos (PAN), Ivan Gonçalves (PS), Karim Quintino (BE), João Gerales (CDU), António Salgueiro (PSD) e José Rocha (BE) e ainda a Senhora Vice-Presidente em exercício Maria Teodolinda Silveira



6.5.1. O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A nossa Intervenção tem a ver com a proposta nº 2, a proposta sobre a violência contra as mulheres, apresentada pelo Bloco de Esquerda. Nós somos contra todas as formas de violência contra as mulheres, todas elas são graves e devem ser severamente condenadas e abolidas da nossa sociedade. O Partido CHEGA não discrimina nem qualifica a gravidade da violência pelas preferências sexuais, raça, religião dos agressores ou das vítimas. Aachamos que todas as formas de violência contra as mulheres devem ser igualmente tratadas sem qualquer tipo de discriminação.

Desta forma, se o Bloco de Esquerda aceitar remover na moção as referências a nosso ver discriminatórias sobre extrato social, raça, preferências sexuais e substituir as mesmas por todo o tipo de violência sobre as mulheres, o CHEGA votará a favor desta moção.

Tendo unicamente por base este critério discriminatório, que o CHEGA não concorda e se não for alterada esta parte da moção, o CHEGA irá abster-se nesta moção.

Alertamos também, que na nossa opinião esta discriminação poderá violar o artigo 13º da Constituição, porque discrimina o princípio da igualdade, e achamos que a referenciação que faz de vítimas mais vítimas que outras não fica bem, porque todas as vítimas tem o nosso apoio e todas as vítimas têm que ser tratadas de igual forma. Para nós uma vítima terá sempre que ser acompanhada e protegida, um agressor terá sempre que ser punido.”

6.5.2. A Senhora Vice-Presidente em exercício Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Algumas notas sobre as moções apresentadas.

Começo pela recomendação sobre a transparência e Igualdade, aquilo que me apraz dizer nesta matéria é que transparência, evidentemente que a proposta foi aprovada em reunião de Câmara por unanimidade em sessão pública, foi feita e aprovada com toda a transparência.

A questão da igualdade, é evidente que a igualdade é uma igualdade na diversidade e aquilo que está previsto na proposta, prende-se exatamente com o número de eleitos e com o trabalho a desenvolver, portanto não é igual para todos, é uma igualdade como referi na diversidade dos destinatários.”

Relativamente à violência contra as mulheres, penso que não existem dúvidas, todos estamos comprometidos na luta contra a violência contra as mulheres. Penso que não existem grandes dúvidas da preocupação que o executivo tem nesta matéria, existia já a rede Radar com um enfoque maior da violência sobre idosos, mas em 2021, o executivo aprovou um gabinete de apoio à vítima que se justificou e ficou plenamente assente a importância desta iniciativa, pelos apoios que foram pedidos e prestados e que vigorou durante o ano de 2021, e que foi já aprovado em reunião de Câmara o protocolo para o ano de 2022. Portanto, assim continuará e esta é uma das nossas intervenções nesta matéria e outras que temos em mão no sentido de efetivamente combater e reduzir este flagelo da nossa sociedade.

Melhor ambiente para todos, naturalidade carbónica, claro que todos estamos comprometidos com melhor ambiente, melhor ambiente para todos, sabemos bem que a naturalidade carbónica é também um objetivo a prosseguir, sabemos também que não cabe apenas ao Município tão somente esta questão e, portanto, todas as nossas intervenções nesta matéria irão nesse sentido, embora não dependam de nós, penso que a análise das nossas Grandes Opções do Plano deixam clara essa preocupação desde a luta pelos modelos da Smart Cities, do sistema de gestão de resíduos que se pretende cada vez mais eficiente e consequentemente menos poluente, o piloto de recolha dos resíduos orgânicos tão importante para a sustentabilidade ambiental, e inclusivamente através da intervenção da economia circular pela transformação desses resíduos orgânicos quando recolhidos separadamente em substratos de adubos e outros, favorecendo a economia circular. Também o Plano de Arborização que já no executivo anterior deu passos importantes, mas que agora está bem mais presente com o Plano de Arborização e portanto, sabemos da importância de tudo isto para essa melhoria do ambiente e para a neutralidade carbónica que não depende apenas do Município.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente ao Centro de Recolha Animal, ele faz parte das nossas opções. Também o aproveitar e o enriquecer do trabalho voluntário nesta matéria, sabemos da importância que ele tem. Sabemos também que ele irá existir, existirá de acordo com o modelo a definir desde que cumpra os objetivos de melhorar que são os objetivos pretendidos, de melhorar o bem-estar dos nossos animais.

Uma última palavrinha para a Fast-Track Cities, existe uma saudação, penso que foi muito importante para o Concelho de Almada todo o trabalho que fizemos desde 2018 com a adesão à declaração de Paris e com a adesão a este movimento que são as Fast-Track Cities, que são a via rápida para a eliminação do HIV, a moção penso que é bastante clara e diz tudo, mas efetivamente esta estratégia local Almada sem Sida, vai aprovada na próxima reunião, na 1ª de janeiro, foi protocolada com quem no terreno já tinha um trabalho muito bem desenvolvido nesta matéria que é o grupo de ativista em tratamento, conseguimos um importante protocolo com a ARS/LVT com o HGO alargando todo o apoio no sistema de saúde às pessoas que se encontram nesta situação, e queria apenas deixar aqui mais um alerta, sublinhando aquilo que a moção diz que é: efetivamente qualquer município pode se dirigir às nossas respostas médicas e sociais no Laranjeiro, e pode de uma forma gratuita rápida e anónima, testar-se que é o 1º caminho para a eliminação deste flagelo.”

6.5.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-PP neste ponto irá praticamente votar favoravelmente quase todos os documentos aqui apresentados pelas diversas forças políticas, com a exceção do documento da CDU sobre a reposição das Freguesias”. Entende o CDS-PP que esta matéria deve ser debatida em Comissão de trabalhos, quer na Assembleia Municipal, quer também porque são questões que têm basicamente a ver com os trabalhos da Assembleia da República, e acreditamos que possa haver matéria que os autarcas possam ter neste assunto a dizer e a melhorar aquela que foi a reposição das Freguesias que foi a agregação das Freguesias. E, portanto, entendemos que é uma luta da CDU, do PCP, é a democracia a funcionar, mas não podemos votar favoravelmente esta moção visto que no nosso entendimento não faz sentido.

Depois o CDS-PP relativamente à moção sobre a solidariedade com os trabalhadores da AMARSUL, a moção é extensa com bastantes considerandos, são feitas também e se me permitem a expressão, algumas insinuações nomeadamente, à Câmara Municipal, à PSP, eu não estive lá, não ponho em dúvida o que está aqui dito, mas o CDS-PP não está em condições de votar favoravelmente esta mesma moção. Aquilo que o CDS-PP pede, é que esta moção possa baixar à Comissão, para em sede de Comissão ouvir-se a AMARSUL, ouvir-se os trabalhadores, e outras entidades que vêm aqui explanadas para que num melhor sentido o CDS-PP possa votar da melhor forma, compreendendo e tendo indicação de todo este problema e de tudo aquilo que é aqui explícito nesta mesma moção.

Portanto, fica a proposta para a CDU, se assim o entender baixar à Comissão, e penso que há aqui muita matéria para ser trabalhada, se assim o entenderem é bem-vindo, o CDS-PP abster-se-á.”

6.5.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O PAN irá votar favoravelmente a maioria das propostas associando-se naturalmente às moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda e pela CDU que assinalam o Dia Internacional da Eliminação de Violência Contra as Mulheres, gostaríamos, no entanto, que chegasse o dia em que já não precisássemos de ter estas moções não ler estes números que nos deve envergonhar a todos enquanto sociedade.

Em relação à moção do Bloco de Esquerda com o título Ambiente para Todos, Almada Saudável, gostaríamos de reforçar que as alterações climáticas e as medidas para a sua mitigação devem ser uma prioridade de todos os Municípios e de todos os partidos, já ultrapassamos, no entanto, a fase proclamatória sobre esta temática. Já todos sabemos o que é necessário fazer e começamos também a conhecer os efeitos destas alterações no nosso dia a dia, que se irão acentuar com o tempo. Tempo exatamente que não temos, pois, as alterações climáticas já estão em marcha. Vários estudos apontam o ano de 2035 como um ano de não retorno, estudos considerados otimistas por alguns dando à humanidade exatamente cerca de 13 anos para mudar radicalmente a sua forma de viver, sob pena de ficar exatamente sem ter onde viver.

Relativamente à recomendação apresentada pelo CDS-PP sobre a extensão do Metro de superfície à União de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, sendo uma das zonas do nosso Concelho que mais tem crescido



em termos populacionais, é também aquela que tem um grave deficit de acesso aos transportes públicos que deve colmatado, e nesse sentido somos a favor que o Metro Sul do Tejo possa servir também esta zona.

Finalmente, a moção apresentada pela CDU, acerca da intervenção do ICNF na Mata dos Medos, o PAN também vê com preocupação a forma como a intervenção está a ser realizada, nomeadamente, na abertura de espaços bastante extensos e amplos e na utilização de maquinaria pesada, numa zona ambientalmente sensível. Mas também nos preocupam os condomínios fechados que se encontram uns metros mais à frente, mesmo ao lado da placa que indica a zona como sendo protegida e que ao que parece são vistos com naturalidade. Preocupa-nos também a forma como a Mata tem sido tratada ou ignorada com pouco ou nenhuma intervenção ao longo dos anos. Sabemos, no entanto, que não é realista vedar a entrada a esta zona à população, para que a natureza não seja perturbada. Assim, este acesso deve ser feito com regras o que não tem acontecido até aqui. Muito antes da existência destes passadiços, a utilização deste espaço já era feita, muitas vezes sem respeito pela natureza e por isso é preciso mudar a forma como nos relacionamos como é natural, respeitando a sua existência e a sua natureza e reforçando a educação ambiental e a fiscalização do espaço público e natural.”

6.5.5 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a estes documentos o Partido Socialista votará a favor a moção do Bloco de Esquerda, pela antecipação dos prazos de naturalidade carbónica do Concelho de Almada para 2035, esta é uma causa que nos parece justa e que faz todo o sentido que a Câmara Municipal de Almada assuma um papel dianteiro na assunção deste tipo de compromissos como já foi referido, são importantes para a viabilização do nosso modo de vida.

Votaremos também favoravelmente a recomendação do PAN, pela criação de um corpo de voluntários em Almada, mas sugerindo, se a Senhora Deputada Municipal estiver de acordo, fazer apenas a sugestão de que no texto final, que a recomendação seja a criação de um corpo de voluntários para a área do bem-estar animal, o que nos permitirá também, ter uma amplitude de ação de acordo com aquilo que venha a ser necessário da parte da ação, do trabalho que a Câmara Municipal de Almada também deve fazer nesta área que é uma área onde tem vindo a ser dados passos importantíssimos desde 2017, e que todos desejamos, tenho a certeza que o PAN e o Partido Socialista, também se associam e lidera até esse desejo, no sentido que possamos também dar maior dignidade à forma como os animais são tratados no Concelho de Almada.

Relativamente à moção apresentada pela CDU, no que toca à greve da AMARSUL. Nós entendemos que os sindicatos e a luta dos trabalhadores foi e são fundamentais para o aumento dos direitos e para a adoção de direitos dos trabalhadores um pouco por todo o mundo, há inúmeros exemplos disso, agora nós não nos revemos em parte daquilo que está escrito nessa moção, não nos revemos sequer neste tipo de prática sindical, não nos revemos no aproveitamento político que a CDU sistematicamente faz daquilo que é a luta dos trabalhadores e entendemos até que esta moção tece um conjunto de considerações que tem uma veracidade duvidosa. E, portanto, como entendemos que também que é fundamental preservar o direito à greve, entendemos também que é fundamental preservar o direito daqueles que têm opção de não fazer greve, que o possam também fazer, porque vivemos em democracia, em liberdade e é dessa forma que entendemos o sindicalismo e a luta dos trabalhadores, portanto, não acompanhamos o teor desta moção, votaremos por isso contra.

Relativamente à reposição das Freguesias, mais uma moção que nos é aqui apresentada pela CDU, a posição do Partido Socialista é também conhecida, em 2013 fomos contra a atual reforma, que foi feita a regra e esquadro e não teve em conta o interesse das populações, agora a nossa visão de reorganização das Freguesias, no território, não passa pelas simples reversão e para voltarmos a um passado que ainda está por provar, não só como diz na moção que é a grande vontade das populações regressar a esse passado, não há nada que nos diga que assim seja a não ser algumas esporádicas manifestações mas não temos nenhum instrumento para que possamos aferir essa mesma vontade, nem temos aviso de que regressar ao passado apenas porque sim, pode trazer alguma coisa de bom. Aquilo que entendemos, é que deve ser feito um debate sério e esta Lei que foi aprovada no Parlamento permite esse debate, no sentido de perceber qual é o melhor mapa que se adequa ao nosso território, qual é o melhor mapa para o Concelho de Almada e é dessa forma



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que esta organização territorial deve ser avaliada. Tendo ainda para mais em linha de conta, que o Governo do Partido Socialista desde 2015 tem vindo a lançar uma série de reformas no sentido de descentralizar as competências do Estado para as Autarquias Locais, o que fará com que as Câmaras e tem vindo a fazer com que as Câmaras tenham mais competências e mais meios para exercer as suas funções, como consigam também exercer melhor o seu trabalho do que conseguem muitas vezes do Poder Central, mas esta descentralização também tem vindo a fazer com que as Juntas de Freguesia assumam, aquelas que também o pretendem e sabemos qual é que é posição da CDU, do PCP e dos Verdes relativamente a este tema. Mas, esta descentralização também tem vindo a fazer com que as Juntas de Freguesia tenham um papel diferente, mais próximo dos fregueses, com mais meios e com mais competências. É esse o caminho que nós entendemos que a organização do território deve seguir, não é pura e simplesmente o regredirmos à situação que tínhamos em 2013, e, portanto, votaremos contra esta moção.”

6.5.6 – O Senhor Deputado Municipal Karim Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente às moções do Partido Socialista, iremos naturalmente votar a favor da moção Almada Município sem sida, que infelizmente ainda é uma temática com relevância nos dias de hoje, e, portanto, este tipo de iniciativas e protocolos estabelecidos pelas diferentes Câmaras Municipais são sempre bem-vindos.

Iremos votar igualmente a favor o voto de saudação relativo à intenção do Governo em avançar com a classificação NUTS II e NUTS III para a Península de Setúbal, até porque como este voto lembra e bem, esta discrepância foi também promovida pelo Governo PSD/CDS-PP em 2014, decisão essa que como sabemos, contribuiu para prejudicar ainda mais o desenvolvimento da nossa Região.

Relativamente à moção apresentada pelo PAN, sobre a criação de um corpo de voluntários do Centro de Recolha Oficial de Animais de Almada, iremos votar a favor, precisamente porque é uma moção que também defende que o trabalho voluntário deve ser um complemento ao trabalho que os serviços desempenham e que existe inclusivamente, a necessidade de reforçar os recursos humanos e físicos do Centro de Recolha Oficial de Animais de Almada.

Quanto às moções apresentadas pelo CDS-PP, iremos votar a favor da moção que aborda a falta de médicos de família no Concelho de Almada, que como sabemos é um problema que se arrasta há demasiado tempo e em que dezenas de milhares de almadenses não tem direito a este elemento de proximidade no que diz respeito à sua saúde. E como é obvio não poderíamos deixar de nos associar à homenagem e ao reconhecimento aos profissionais da saúde que esta moção pretende levar a cabo, lembrando igualmente que estes profissionais estão absolutamente cansados de ser homenageados e reconhecidos apenas com palavras, e não com condições salariais e laborais que dignifiquem de uma vez por todas, o seu trabalho e o seu desempenho na preservação da saúde de todos e todas nós.

Votaremos igualmente a favor da moção do CDS-PP que defende a extensão do metro de superfície à União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, até porque como a moção diz e bem, esta é uma União de Freguesias que tem sido continuamente fustigada com a falta de investimento na mobilidade e na acessibilidade.

Relativamente às moções apresentadas pela CDU. Votaremos a favor da moção que diz respeito à Mata dos Medos, já que consideramos que esta reserva botânica está a ser alvo de uma intervenção que em pouco ou nada contribui para a sua conservação, e o exemplo disso mesmo tem a ver com a instalação de passadiços que já foi aqui falada hoje, e que já se tornou uma moda em Portugal e que na verdade é feita exclusivamente para erguer o turismo. Os passadiços não são algo que se construa pensando na conservação da natureza, muito pelo contrario, a construção de passadiços acarreta inevitavelmente, a destruição da fauna e da flora circundante, aos projetos em causa. E o mesmo se passa com a Mata dos Medos.

Iremos votar a favor da moção da CDU relativa aos apoios comunitários, porque tal como o refere a moção, todos os grupos partidários estão de acordo relativamente aos impactos negativos.

Votaremos também a favor a moção relativa à AMARSUL. E também estamos igualmente de acordo com a moção pela reposição das Freguesias.

Por fim, iremos nos abster em relação à moção apresentada pela CDU sobre o 25 de novembro, iremos fazer uma declaração de voto sobre a mesma.”



6.5.7 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dar conta do sentido de voto da CDU nos documentos que vão ser votados a seguir.

Votaremos favoravelmente todos os documentos apresentados à exceção ao do documento nº 1, votaremos contra.

Relativamente à proposta que o CDS-PP fez de baixa à Comissão da moção sobre a AMARSUL, nós não aceitamos, não vemos nenhuma razão para que a moção, que é uma moção política, que diz respeito a um momento laboral e político também obviamente concreto, que ocorreu há alguns dias, não há matéria para ser discutida em Comissão. Portanto, mantemo-la a votação. Aliás, sobre esta moção, importa dizer o seguinte: o Partido Socialista não se revê numa série de coisas e o Partido Socialista é que sabe naquilo em que se revê ou não revê. Nós CDU não nos revemos nos ataques sistemáticos que o Partido Socialista faz aos direitos dos trabalhadores e foi por isso que nós apresentámos esta moção, porque é o caso concreto que a moção aqui nos traz. Portanto, isso que fique claro, o Partido Socialista não se revê naquilo que entender, nós não nos revemos nos ataques permanentes que o Partido Socialista faz aos direitos dos trabalhadores.

Finalmente, relativamente à moção sobre a reposição das Freguesias. O Partido Socialista deve ter lido mal o documento que nós apresentamos. Porque o que nós propomos, é que este Órgão, Assembleia Municipal, desencadeie o processo de reposição das Freguesias tal e qual como a Lei aprovada na Assembleia da República e que foi proposta pelo Partido Socialista, determina, que se comece a partir de janeiro de 2022 e durante o prazo de um ano, a pensar nessa matéria. É isso que nós aqui propomos, não propomos rigorosamente mais nada. O que lamentamos é que o Partido Socialista em Almada tenha uma posição ainda mais recuada do que o Partido Socialista na Assembleia da República, que já de si é muito recuada.”

6.5.8 – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No que se refere à moção do BE sobre o atingir a neutralidade carbónica por parte da Câmara Municipal no ano de 2035, gostaria em primeiro lugar, que nos explicassem quais as medidas concretas que propõem para que se atinga esse objetivo quinze anos mais cedo no Concelho de Almada, o que se nos afigura difícil, do que o previsto pela esmagadora maioria das nações mundiais incluindo a nossa e que é o ano de 2050.

Votaremos a favor das moções do BE e da CDU sobre a eliminação da violência contra as mulheres e também as moções da CDU e do PS sobre o acesso aos fundos comunitários por parte da Península de Setúbal.

Votaremos ainda a favor das Moções do BE e do CDS sobre a saúde e a do PS sobre o VIH e também a Moção do CDS relativa à extensão do Metro de Superfície à Charneca de Caparica e à Sobreda, mas lembrando que primeiro se tem de concretizar a extensão urgente do Metro de Superfície à Costa da Caparica.

Relativamente à moção do PAN sobre a criação de um Corpo de Voluntários no Centro de Recolha Oficial da Câmara Municipal, não podemos concordar com o documento porque o atual CRO não reúne condições para esse efeito. Quando for construído o novo Centro de Bem Estar Animal, na Quinta da Alembança, então sim estarão criadas as condições para a criação desse Corpo de Voluntários se se mantiver a nossa proposta inicial que tinha esse objetivo.

Sobre a moção da CDU relativa à Mata dos Medos, que é um local que nos suscita sempre uma preocupação acrescida, mas que após a recolha de alguma informação sobre o assunto, queria referir que a intervenção que o ICNF está a realizar vem ao encontro do estabelecido no Plano de Gestão Florestal da Mata Nacional dos Medos, e que entronca também nas preocupações contidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e manifestadas pela própria proteção civil.

Além disso, e talvez com exceção da aplicação da maquinaria pesada, mas que sem ela se calhar não se conseguiria efetuar tal intervenção, julgo que a mesma é mais do que justificada tendo em vista os objetivos a que se propõem e que entre outras ações são:

- de prevenção estrutural contra incêndios
- de restauro, conservação e valorização de habitats naturais e de educação ambiental
- desbaste de pinheiros mansos tendo por objetivo favorecer a melhoria das suas condições de crescimento



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- a redução do ensombramento do sub-bosque que promoverá uma maior diversidade florística

Para além do que acabei de destacar, esta intervenção preconiza também a construção da rede de passadiços sobrelevados e a vedação de vias de acesso, para ordenar a circulação e estacionamento dentro da Mata, bem como a instalação de mesas nos parques de merendas tendo em vista o melhor usufruto destes espaços pela população.

Acerca da moção da CDU sobre a Amarsul, solicitamos que a votação decorra ponto por ponto.

Votamos contra a moção da CDU relativa à reposição das Freguesias, já que os pressupostos para a sua agregação se mantêm válidos e até porque ao contrário do que é referido no documento as populações não reivindicam a sua reposição pois não foram minimamente prejudicados com a criação das várias Uniãos de Freguesias no Concelho de Almada.

Quero lembrar aqui, que esta medida de redução e reorganização da administração local foi tomada pelo Governo PSD-CDS, na altura, porque foi obrigado a isso, nos termos do Memorando de Entendimento celebrado entre o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu, a União Europeia e o Estado Português, que foi pedido e assinado pelo Governo do Partido Socialista, cujo 1º Ministro era o Eng. José Sócrates.

Relativamente à proposta de recomendação do Chega, votaremos também contra porque consideramos que as condições atuais concedidas aos grupos da Assembleia Municipal que não tem vereação são razoáveis e significaram uma importante conquista no mandato anterior.”

6.5.9 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para indicar o sentido do voto do CHEGA relativamente à moção relativa ao “Ambiente para Todos, Almada Saudável”, o CHEGA vai votar favoravelmente, somos da opinião que a naturalidade carbónica até 2035 é um projeto interessante, esperamos depois ver é as propostas que irão ser apresentadas para se conseguir atingir o objetivo.

Relativamente à moção da CDU pelo acesso imediato dos fundos comunitários da Península de Setúbal a uma mais justa repartição dos apoios, votamos a favor, achamos que a Península de Setúbal se tornou a 4ª Região mais pobre do país, este facto só pode ser combatido com políticas de investimento estrutural que combatam e corrijam esta situação.

Relativamente à proposta da CDU também, da violência contra as mulheres, o CHEGA vai votar a favor, é sucinta esta declaração uma vez que é contra todas as formas de violência contra todas as pessoas sejam físicas, psicológica sofrida em casa, no trabalho ou em qualquer local da nossa sociedade.

Relativamente à moção da Mata dos Medos, o CHEGA novamente vai apoiar esta moção, a defesa desta zona classificada desde 1971, é do interesse de todos os almadenses, são necessários esclarecimentos cabais sobre o impacto e implementação da obra e salvaguardar intervenções futuras.

Relativamente à NUTS da Região 2 de Setúbal, o CHEGA vai votar a favor, o CHEGA é favorável à criação da NUTS II e NUTS III, na Península de Setúbal e só com a separação de Península da zona estatística de Lisboa é que as verdadeiras assimetrias vão ficar visíveis. No entanto, estranhámos esta sudação uma vez que parece esquecer quem é que esteve 6 anos no Governo. Quem é que durante 6 anos pôde fazer esta alteração, pôde fazer esta mudança, e claramente veio novamente hoje ao público porque estamos a 30 dias de eleições legislativas, é o único motivo que hoje se fala e se saúda, algo decidido e preparado para ser anunciado nesta altura.

Em relação à criação de um corpo de voluntários do Centro de Recolha de Almada, o CHEGA é a favor, achamos que a aproximação dos munícipes à causa animal potencia a adoção e uma cultura de proteção animal digna, para além de permitir aproximar as pessoas dos serviços.

Relativamente à moção de mais e melhor investimento do Serviço Nacional de Saúde, do Bloco do Esquerda e a moção sobre a falta de médicos do CDS-PP, nós juntamos estas porque somos da mesma opinião, é necessário combater o contínuo desinvestimento na saúde, e criar as condições de reforço necessárias por suprimir as necessidades básicas da população, e gerir a criação e reparação das infraestruturas existentes, sem nunca, e é aqui a alteração que fazemos, sem nunca fechar a porta ao investimento privado. O privado não pode ser diabolizado ou visto como algo prejudicial nestes dois setores.



Relativamente à extensão do metro de superfície à Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, nós somos a favor, achamos que são Freguesias que ficam sempre esquecidas quando se fala destes acessos de transportes leves e é algo que tem de ser corrigido.

Relativamente à moção Almada sem sida, vamos votar a favor, como já referido saudamos a existência deste acordo com estas associações, é algo que deve ser promovido, mas novamente são tipo de acordos que podem também ser celebrados com privados e com outro tipo de instituições sem que seja visto com outros olhos, mas vamos votar a favor também dessa proposta.”

6.5.10 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN);

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É só para responder ao pedido de alteração proposto pelo PS.

No fundo esta moção foi criada com um objetivo específico, porque o Centro de Recolha de Almada veda, sempre vedou a entrada de voluntários no seu espaço, sempre alegando a falta de condições, não compreendemos e não aceitamos essa proibição, e, portanto, esta recomendação veio especificamente para esse fim. No entanto, se a partir de agora, com a nova vereação, existir de facto o compromisso de que serão feitos todos os esforços para que ainda neste Centro de Recolha Oficial possam existir voluntários, sendo eles geridos pelo Provedor ou em conjunto com associações, essa gestão depois poderá ser discutida, não nos oporemos a que de facto, possa ser alargada a nomenclatura para a criação de um corpo de voluntários, uma vez que existe um deficit de medidas nesta área e muito trabalho a fazer.”

6.5.11 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente aos documentos que estão em discussão, votaremos também favoravelmente o documento relativo à extensão do metro de superfície para a Charneca de Caparica e Sobreda e votaremos contra a moção relativamente à Mata dos Medos, tendo em conta aquele que foi também o esclarecimento que já nos trouxe aqui a Senhora Vice-Presidente, e o Senhor Presidente da União de Freguesias, porque de facto, alguns dos pressupostos que constam desta moção, parece que não se aplicam. E, portanto, aquilo que é importante é que nós consigamos perceber exatamente o que é que se passa, a Câmara Municipal já diligencias nesse sentido e se esta intervenção é uma intervenção regular, aquilo que era o pedido da moção que era de que se apurasse qual é que é o tipo de intervenção, deixa de ter razão de ser.

Relativamente ao acesso da Península de Setúbal aos fundos comunitários, votaremos contra a moção da CDU, porque algumas das considerações que são feitas nós não as acompanhamos. Aliás, o Governo da República já ou dará em breve trecho início ao processo que pode despoletar a alteração da situação que vivemos atualmente que é da passagem da Península de Setúbal, neste caso nem de uma NUT III, porque pertence à NUT III da Área Metropolitana de Lisboa e à NUT II, mas a criação de uma NUT II individualizada e que permita ter em conta as assimetrias que existem da Península de Setúbal relativamente ao resto do país, e, portanto, parece-nos que o nosso documento é mais consentâneo com aquilo que é a posição que o Estado Português deve assumir, e, portanto, não nos revemos também neste documento que é apresentado aqui pela CDU.

Relativamente aos documentos apresentados pelo CDS-PP e pelo Bloco de Esquerda. Quanto aos médicos de família, nós votaremos favoravelmente os dois documentos, não sem antes lembrar que quando o Partido Socialista iniciou funções em 2015, no Governo da República, existiam em Almada, menos 20 mil utentes com médico de família do que existe hoje em dia. Hoje existem 305 mil utentes com médico de família no ACES Almada Seixal em 2015 ou no início de 2016, existiam 2284 mil, e, portanto, algum trabalho foi feito também neste sentido.

E no que toca à moção que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda, é obvio que nos revemos em grande parte daquilo que são as considerações feitas, aquilo que não podemos ignorar, que não nos revemos, é que de alguma forma se tem a ideia que muito não foi já feito ao longo destes 5 anos. O que é facto, é que ao contrario do que é dito na moção, o investimento no Serviço Nacional de Saúde já recuperou do desinvestimento dos terríveis anos da TROIKA, Portugal tem hoje mais 4 mil médicos do que tinha no início da



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

governação do Partido Socialista, mais 11 mil enfermeiros, mais 2 mil novos técnicos de diagnóstico e tem mais 10 mil outros profissionais no Serviço Nacional de Saúde, sendo que temos uma dotação orçamental que é reforçada em mais de 2 mil milhões de euros face aquilo que existia no início da governação do Partido Socialista. Existem hoje mais 78 unidades de cuidados de saúde no país, grande parte delas aqui no Distrito Setúbal, no Pinhal Novo, em Corroios, em Sines, na Extensão de Saúde do Torrão, e cito apenas algumas de cor. E o reforço do Serviço Nacional de Saúde só não é maior hoje em dia porque o orçamento para 2022 que previa mais 700 milhões de euros de reforço no Serviço Nacional de Saúde não foi aprovado.

Portanto, não obstante não nos revermos em algumas das considerações que são feitas, aqueles que são os princípios fundamentais, estamos de acordo, é preciso continuar a aprofundar este caminho, não por vontade do Partido Socialista que este caminho não é aprofundado já para 2022, não é por vontade do Partido Socialista que este caminho não é aprofundado seguindo o caminho conjunto que tem vindo a ser seguido até aqui com os parceiros à esquerda do Partido Socialista, como já todos os portugueses saberão e é aliás, este clima de campanha eleitoral, só este clima é que pode justificar, já tivemos aqui um Deputado Municipal da CDU a fazer uma contrição porque de facto, não é próprio de um partido de esquerda passar anos e anos a governar uma Câmara e ter ainda milhares de barracas com Almada teve e tem ainda hoje infelizmente. Portanto, não há nenhum partido que se possa dizer de esquerda e que conviva bem com esta situação nós convivemos e já percebemos que a CDU também não convive. Foi uma pena que durante mais de 40 anos não tivesse tido as ações necessárias para erradicar este flagelo. Ainda assim, já aqui se falou, isso só é justificado claramente, pelo clima de campanha eleitoral, ou de pré-campanha, nos ataques aos direitos dos trabalhadores feitos por governos do Partido Socialista, não é de facto verdade. Aliás, foi com o Partido Socialista que houve a maior subida do salário mínimo nos últimos anos, o salário mínimo subiu desde que o Partido Socialista é governo em cerca de 40%, dos 505.00€ para os 705.00€, e aquilo que o Partido Socialista de facto, não faz ataques aos direitos dos trabalhadores aquilo que é consequente. Não defende uma coisa quando está na oposição e depois outra quando está no poder, nomeadamente quando é poder nos Municípios e como todos sabemos existem inúmeros Municípios da CDU, onde as relações laborais não são respeitadas, onde existem vínculos de trabalho precário e isso é algo que deve envergonhar qualquer partido que se diz de esquerda e que se revê em políticas de esquerda e os partidos de direita também, porque a questão de respeito pelo próximo, pelos trabalhadores, é uma questão importante para qualquer ideologia.

Relativamente à moção sobre a reposição de Freguesias e ao contrário do que já foi referido, aquilo que nós conseguimos ler e toda a gente consegue porque as moções são públicas, é que a moção da CDU o que refere é: o empenhamento pela reposição das Freguesias e depois elenca as 11 Freguesias e, portanto, se os Senhores Deputados da CDU saberão melhor do que nós aquilo que escrevem, como é obvio esta moção não podemos acompanhar.

Relativamente, às moções sobre o Dia Internacional de Violação Contra as Mulheres, votaremos a favor da proposta do Bloco de Esquerda, que a nosso ver é consensual, pedimos a votação por pontos no que toca à moção apresentada pela CDU, porque certas considerações pressupõe um modelo de sociedade e uma visão de sociedade na qual nós também não nos revemos."

6.5.12 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para aconselhar o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, a consultar o documento que a Senhora Presidente da Câmara Municipal nos distribuiu para o próximo ponto da ordem de trabalhos desta Sessão de Assembleia Municipal e consultar a partir da página 245, porque se o fizer e se ler com atenção o que está na página 245 e daí para a frente vai perceber, que não vale a pena continuar a mentir sobre o trabalho que a CDU fez no passado relativamente à habitação. E que relativamente aquilo que o PS já fez nestes 4 anos fica a anos de luz. Portanto Senhor Deputado Municipal se quiser ler, página 245 do documento que a Senhora Presidente da Câmara Municipal nos distribuiu."



6.6 – Não havendo mais pedidos de palavra, e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado os seguintes resultados:

6.6.1 – A Recomendação relativa à Proposta 2021-807-GP foi rejeitada por maioria com 34 votos contra sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do PSD e 3 do Grupo Municipal do BE; 2 abstenções sendo 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP e 2 votos a favor do Grupo Municipal do CHEGA:

6.6.2 – A Moção-Saudação “Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres” foi aprovada, por maioria com 33 votos a favor sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 5 abstenções sendo 3 do Grupo Municipal do PSD e 2 do Grupo Municipal do CHEGA.

6.6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) apresentou uma Declaração de Voto por escrito;

6.6.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega considera que todas as formas de Violência devem ser repudiadas e condenadas.

De todas as formas de Violência, aquela que é perpetrada contra as Mulheres é uma das mais condenável, tendo-se tornado um flagelo diário, nunca antes visto.

Todas as formas de Violência contra as Mulheres são graves e devem ser severamente condenadas e, assim, abolidas da nossa sociedade.

O Partido Chega, entendido num cômputo geral, não discrimina, nem qualifica a gravidade da Violência pelas preferências sexuais, raça ou religião das vítimas ou dos agressores.

Tendo unicamente por base este critério discriminatório, indicado na Proposta do Bloco de Esquerda, iremos abster-nos na Votação.

Uma Vítima terá sempre que ser acompanhada e protegida, um agressor terá sempre que ser exemplarmente punido.”

6.6.3 – A Moção-Deliberação “Ambiente para todos, Almada Saudável” foi aprovada por unanimidade.

6.6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) apresentou uma Declaração de Voto por escrito;

6.6.3.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega vota a Favor da Moção “Ambiente para todos, Almada Saudável”.

O Partido Chega considera que a neutralidade carbónica é um objetivo alcançável até 2035 e que a Câmara Municipal de Almada deverá constituir um exemplo na sua defesa e implementação.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA apresentará, em breve, sobre esta importante matéria, Propostas exequíveis, tendo sempre em vista, o melhor ambiente para todos os Almadenses.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA está especialmente atento a toda e a qualquer política ambiental, esperando que a Câmara Municipal de Almada aceda a todos os Fundos ambientais disponíveis nos próximos anos.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O Ambiente deverá ser um dos principais pilares para a criação de um concelho saudável, com futuro para as suas crianças e respetivas famílias.”

6.6.4 – A Moção- Deliberação “Solidariedade com a luta dos trabalhadores da AMARSUL” foi votada por pontos sendo que:

6.6.4.1 – Os 1º e 2º pontos foram aprovados por maioria com 21 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP e 16 votos contra do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniãos e Junta de Freguesia que o integram.

6.6.4.2 – O 3º ponto foi rejeitado com 22 votos contra sendo 16 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniãos e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 15 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE e 1 da Deputada Municipal do PAN.

6.6.4.3 – O 4º ponto foi rejeitado com 16 votos contra do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniãos e Junta de Freguesia que o integram; 15 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE e 1 da Deputada Municipal do PAN; 6 abstenções sendo 3 do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP.

6.6.4.4 – O 5º ponto foi aprovado por maioria com 21 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP e 16 abstenções do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniãos e Junta de Freguesia que o integram.

6.6.4.5 – O 6º ponto foi aprovado por maioria com 18 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE e 1 da Deputada Municipal do PAN; 16 votos contra do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniãos e Junta de Freguesia que o integram; e 3 abstenções sendo 2 do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP.

6.6.4.6 – O 7º ponto foi rejeitado com 19 votos contra sendo 16 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniãos e Junta de Freguesia que o integram e 3 do Grupo Municipal do PSD; 15 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE e 1 da Deputada Municipal do PAN; 3 abstenções sendo 2 do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP.

6.6.4.7 – O 8º ponto foi rejeitado com 22 votos contra sendo 16 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniãos e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 15 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE e 1 da Deputada Municipal do PAN.

6.6.4.8 – Os Considerandos foram rejeitados com 19 votos contra sendo 16 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniãos e Junta de Freguesia que o integram, 2 do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 15 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE e 1 da Deputada Municipal do PAN; 3 abstenções do Grupo Municipal do PSD através da seguinte deliberação:

6.6.5 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS) não tomou posição na Moção-Deliberação “Solidariedade com a luta dos Trabalhadores da AMARSUL por razões profissionais”.



6.6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) apresentou uma Declaração de Voto por escrito;

6.6.5.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega abstém-se face à Moção “AMARSUL”.

Independentemente do Grupo Municipal do Partido Chega, declarar-se a favor da defesa e dos melhores Direitos dos trabalhadores, não pode aceitar a apropriação indevida desta situação por parte do PCP.

Os Sindicatos, pela mão do PCP, são tradicionalmente indistinguíveis deste Partido, quer no que respeita a ações, quer relativamente às reivindicações.

A utilização generalizada dos Trabalhadores como uma “arma” política, sem uma verdadeira preocupação em resolver os seus problemas, tem de ter um fim, o qual se espera que aconteça muito em breve.

O Grupo Municipal do Partido Chega saúda, no entanto, o sentido cívico da população, neste período de serviços reduzidos.

Consideramos ainda que a AMARSUL deve encetar, de imediato, conversações com os Trabalhadores no sentido de resolver - definitivamente e de forma justa - algumas das suas reivindicações.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA encontra-se disponível para mediar estas conversações e a participar nas mesmas, apenas e tão-somente com o objetivo de ser conseguido o melhor para as partes, em especial, para os Trabalhadores da AMARSUL.”

6.6.6 - A Moção-Deliberação “Pelo acesso imediato dos municípios da Península de Setúbal a uma mais justa repartição dos apoios comunitários”, foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 17 votos contra do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram.

6.6.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) apresentou uma Declaração de Voto por escrito;

6.6.6.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega vota a Favor da Moção “Pelo acesso imediato dos municípios da Península de Setúbal a uma mais justa repartição dos apoios comunitários”.

Considerando que a Península de Setúbal é atualmente a 4ª região mais pobre do País, o Partido Chega defende a implementação de políticas e de investimento estrutural que combatam e retifiquem a situação atual.

O acesso imediato dos municípios da Península de Setúbal a uma mais justa repartição dos fundos e apoios comunitários contribuirá necessariamente para combater as desigualdades económicas e sociais vigentes.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA está disponível para lutar por uma mais justa repartição dos Apoios Comunitários, os quais deverão ser sempre utilizados em prol do desenvolvimento de Almada, contribuindo para a melhoria das condições de vida de todos os Almadenses.”

6.6.7 – A Moção-Deliberação “Assinalar o dia 25 de novembro Dia da Erradicação da Violência contra as Mulheres. Viver Direitos. Vencer Violências” foi votada por partes tendo obtidos os seguintes resultados:

6.6.7.1 – Os Considerandos foram aprovados por maioria com 17 votos contra do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram; 3 abstenções do Grupo Municipal do BE e 18 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP.

6.6.7.2 – A alínea d) foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 17 abstenções do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniãos e Junta de Freguesia que o integram.

6.6.7.3 – A alínea e) foi rejeitada com 20 votos contra sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniãos e Junta de Freguesia que o integram e 3 do Grupo Municipal do BE; 18 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP.

6.6.7.4 – O restante documento foi aprovado por unanimidade.

6.6.7.5 – Os Senhores Deputados Municipais Karim Quintino (BE) e Nuno Mendes (CHEGA) apresentaram Declarações de Voto por escrito;

6.6.7.5.1. – O Senhor Deputado Municipal Karim Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O 25 de novembro foi instituído pelas Nações Unidas como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, um dia que tem sido assinalado como um momento de alerta e de luta pelos direitos das mulheres. É uma causa que nos deve unir a todas e a todos. Por essa razão o Bloco de Esquerda propôs a esta assembleia uma Moção sobre esse assunto. E o mesmo decidiu fazer a CDU. Infelizmente, com a moção apresentada sobre este dia, a CDU opta por abordar de forma bastante polémica uma questão delicada que tem dividido feministas em todo o mundo. Por um lado, há quem defenda o reconhecimento do trabalho sexual enquanto trabalho, com estatuto próprio ou não, como forma de garantir direitos e proteção social para as trabalhadoras do sexo e separar a sua atividade da clandestinidade e do tráfico. Por outro lado, há quem defenda modelos de “abolição/criminalização da prostituição” e considere que a venda de serviços sexuais é sempre violência e nunca trabalho. Por isso, quando a CDU, através de uma moção numa autarquia, procura fazer reconhecer e aceitar esta sua posição, impondo o 1 fim do uso da expressão “trabalho sexual”, está a excluir muitas pessoas e organizações feministas que trabalham com as trabalhadoras do sexo ou que são por elas constituídas e impedir um contínuo debate e reflexão sobre este tema. O tema é difícil e carrega a marca de muitas desigualdades sociais. Sabemos que a maioria das trabalhadoras do sexo são mulheres, que a maioria dos clientes são homens, e que as mulheres mais pobres, as racializadas, as estrangeiras e as mulheres trans estão mais sujeitas a situações sociais que as impelem à venda de serviços sexuais. Sabemos também dos riscos colocados à sua autonomia sexual e integridade física. Sublinhamos: é uma questão difícil, onde as próprias devem ser ouvidas e reconhecidas como porta-vozes de si mesmas, contribuindo para a sua dignidade, qualquer que seja a sua circunstância. O caminho escolhido pela CDU, acaba, por isso, a nosso ver, por erguer ou promover as barreiras entre quem deveria estar do mesmo lado. O termo “trabalho sexual”, usado pela Organização Mundial de Saúde e por inúmeras entidades de apoio social, é reivindicado pelas próprias e pelas suas organizações. O Bloco de Esquerda abstém-se nos considerandos e vota contra a alínea e) na moção da CDU porque querer cancelar estas palavras ou misturar o seu uso com a defesa do lenocínio em nada ajuda a uma luta comum pelos direitos das mulheres.”

6.6.7.5.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega vota a Favor da Moção “Erradicação da Violência Contra as Mulheres”.

O Grupo Municipal do Partido Chega associa-se a esta declaração, manifestando o seu repúdio face a todas as formas de violência contra as Mulheres, sejam elas de carácter físico ou psicológico, exercidas em casa, no trabalho ou em qualquer outro local da nossa sociedade.



O Grupo Municipal do Partido CHEGA irá, sobre esta matéria, apresentar uma sua Proposta, a qual defenderá cabalmente os melhores Direitos das Mulheres perante agressões de que são vítimas diariamente.”

6.6.8 – A Moção-Deliberação “Pela Reposição das Freguesias” foi rejeitada com 22 votos contra sendo 17 do PS incluindo os/as Presidentes das Uniãos e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 14 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra e 3 do Grupo Municipal do BE; 2 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA.

6.6.8.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) apresentou uma Declaração de Voto por escrito;

6.6.8.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega abstém-se face Moção “Reposição de Freguesias”. A proposta em questão, se aprovada, irá onerar e aumentar, para mais do dobro, o número de Presidentes de Junta de Freguesia – de 5 para 11 – o que se refletiria igualmente no incremento, para mais do dobro, dos membros e custos do Executivo: número de membros, custos gerais com Assembleias de Freguesia, custos com reuniões, custos com Comissões e com os diversos Órgãos previstos na Lei.

A título exemplificativo, o número de membros de Assembleias, no nosso concelho, passaria de 91 para mais de 143.

O Grupo Municipal do Partido Chega considera, e constata, que a população não entende necessário o aumento do número de freguesias em territórios de dimensão tão reduzida.

Uma freguesia já tem, por si só, elevados custos com pessoal/funcionários, espelhados no seu orçamento, algo que se iria agravar com esta desagregação, não constituindo seguramente uma mais-valia para a população, aumentando, tão-somente, a despesa pública.

O Grupo Municipal do Partido Chega é de opinião que a união faz a força e que esta proposta apenas serve aumentar a despesa do erário público.

No entanto, e sabendo que as tradições e características das freguesias, não foram ouvidas nos gabinetes fechados onde foram decididas, caso se verifiquem alterações populacionais, de receita ou de situações extraordinárias que assim o justifiquem – que não se preveem no imediato devido ao deficiente orçamento em análise – este assunto poderá e deverá ser novamente trazido a discussão, após uma competente auscultação dos fregueses das freguesias em apreço.”

6.6.9 – A Moção-Deliberação “Em Defesa dos Valores Ambientais da Reserva da Mata dos Medos – Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica” foi rejeitada com 20 votos contra sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniãos e Junta de Freguesia que o integram e 3 do Grupo Municipal do PSD; 17 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do CHEGA e 1 da Deputada Municipal do PAN; 1 abstenção do Deputado Municipal do CDS-PP

6.6.9.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) apresentou uma Declaração de Voto por escrito;

6.6.9.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega vota a Favor da Moção “Mata dos Medos”.

A defesa e proteção desta zona, classificada desde 1971, é do interesse de todos os Almadenses, pelo que o Grupo Municipal do Partido Chega é favorável à Moção apresentada.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

São, no entanto, necessários esclarecimentos cabais sobre o impacto e sobre a implementação da obra indicada, no sentido de se salvaguardarem intervenções futuras e os de mais interesses das populações.”

6.6.10 - A Voto de Saudação “Anúncio do Governo em apresentar às instâncias europeias o processo para que a Península de Setúbal passe a ter a classificação de NUTS II e NUTS III no acesso a fundos comunitários” foi aprovada por unanimidade.

6.6.10.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) apresentou uma Declaração de Voto por escrito;

6.6.10.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega irá Votar Favor à saudação ao anúncio do Governo “NUTS II Região de Setúbal”.

O Grupo Municipal do Partido Chega defende a criação de uma NUTS II e uma NUTS III para a Península de Setúbal.

Só com a existência de uma separação, entre a Península de Setúbal e a zona da Grande Lisboa, é que as verdadeiras assimetrias ficarão estatisticamente visíveis.

Constata-se que quem escreveu esta saudação – que é claramente uma peça única de propaganda eleitoral – parece ter, no entanto, esquecido que quem esteve no Governo, nestes últimos 6 anos, foi o Partido Socialista - PS.

Se o PS realmente se preocupasse com o futuro dos Cidadãos moradores da Península de Setúbal, teria feito/efetivado esta alteração em seu devido tempo, de forma a concorrer aos Fundos do “Portugal 2030”.

É pura demagogia e perfeito eleitoralismo vir agora, a cerca de 30 dias das eleições, “pisar os olhos” aos Almadenses, afirmando que afinal sempre se quis avançar com as NUTS e que agora estas terão lugar na vida de todos.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA não esquece que foi o PS que esteve nestes últimos 6 anos no governo e que sobre esta matéria nada fez, pelo que agora deverá assumir a sua ineficácia para tratar este assunto, devendo assumir a responsabilidade pelo não desenvolvimento da Península de Setúbal.

Mais! O PS sempre teve sempre Deputados Municipais e poderia ter lutado pelos melhores interesses da Península de Setúbal, levando essa mesma pretensão aos seus Deputados da Assembleia da República.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA entende que o PS e todas as outras forças políticas deverão saudar bem menos o Governo, devendo sim, exigir mais trabalho e mais rigor na sua conduta governamental, alavancando assim a Península de Setúbal, em particular.

Por entender necessária a criação de uma NUTS II e uma NUTS III para a Península de Setúbal, per si, o Grupo Municipal do Partido CHEGA votaria a Favor. No entanto, ao falar-se numa saudação por tal anúncio, este Grupo Municipal abstém-se na votação.”

6.6.11 – A Recomendação sobre “Criação de um Corpo de Voluntários do Centro de Recolha Oficial de Almada” foi aprovada por maioria com 35 votos a favor sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP, e 3 abstenções do Grupo Municipal do PSD.

6.6.11.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) apresentou uma Declaração de Voto por escrito;



6.6.11.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega vota a Favor da Moção “Criação de um Corpo de Voluntários do Centro de Recolha Oficial de Almada”.

A sensibilização dos munícipes face à causa animal potencia a adoção de uma cultura de proteção dos animais digna, além de fomentar a aproximação da população aos serviços competentes.”

6.6.12 - A Moção-Recomendação “Por mais e melhor investimento no Serviço Nacional de Saúde no Distrito de Setúbal” foi aprovada por unanimidade.

6.6.12.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) apresentou uma Declaração de Voto por escrito;

6.6.12.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega vota a Favor da Moção “Por mais e melhor investimento no Serviço Nacional de Saúde no distrito de Setúbal”.

O Chega considera fundamental combater o contínuo desinvestimento na saúde e criar as condições de reforço adequadas para suprimir as necessidades básicas da população.

É assim primordial exigir a criação das infraestruturas em falta e fortalecer as já existentes, sem nunca fechar “a porta” ao investimento privado neste setor. O setor privado tem de ser encarado como aliado e parceiro e não pode ser estigmatizado como fazem alguns quadrantes políticos.”

6.6.13 - A Moção “Falta de médicos de família no Concelho de Almada” foi aprovada por unanimidade.

6.6.13.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) apresentou uma Declaração de Voto por escrito;

6.6.13.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega vota a Favor da Moção “Falta de Médicos de família no concelho de Almada”.

O Chega considera fundamental combater o contínuo desinvestimento na saúde e criar as condições de reforço adequadas para suprimir as necessidades básicas da população. A falta de Médicos de Família no concelho é um dos aspetos flagrantes.

É assim primordial exigir a criação das infraestruturas em falta e fortalecer as já existentes, sem nunca fechar “a porta” ao investimento privado neste setor. O setor privado tem de ser encarado como aliado e parceiro e não pode ser estigmatizado como fazem alguns quadrantes políticos.”

6.6.14 - A Moção “Extensão do Metro de Superfície à União de Freguesias da Charneca de Caparica-Sobreda” foi aprovada por unanimidade.

6.6.14.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) apresentou uma Declaração de Voto por escrito;

6.6.14.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega vota a Favor da Moção “Extensão do Metro de Superfície à União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda”.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O Grupo Municipal do Partido Chega considera que as populações da Charneca de Caparica e Sobreda não podem, de forma alguma, ser esquecidas por este Executivo, nem afastadas do restante concelho pela inexistência de meios de transporte condignos que sirvam adequadamente as suas reais necessidades e expectativas.”

6.6.15 – A Moção “Almada, Município sem SIDA” foi aprovado por unanimidade.

6.6.15.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) apresentou uma Declaração de Voto por escrito;

6.6.15.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega vota a Favor da Moção “Almada, Município sem Sida”.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA considera que iniciativas como esta - que envolvem prevenção, diagnóstico precoce e acesso a serviços de saúde, tratamento, entre outros aspetos relevantes - devem ser promovidas e fomentadas no concelho de Almada.

Sobretudo tendo em consideração que este concelho apresenta uma taxa de incidência de novos casos de infeção por VIH - diagnosticados acima da média nacional – sendo o Distrito de Setúbal o terceiro distrito do país com maior taxa de incidência desta doença.”

7 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, com a apresentação da Informação da Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal;

7.1 – Para apresentar a Informação da sobre a Atividade Municipal usou da palavra a Senhora Vice-Presidente em exercício Maria Teodolinda Silveira;

7.1.1 – A Senhora Vice-Presidente em exercício Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tendo em atenção que o mês de novembro e dezembro são sempre mais propícios ao encerramento e ao desenvolvimento de atividades já iniciadas, e não ao orçamento de novas atividades, eu penso que os/as Senhores/as Deputados/as Municipais têm convosco o Relatório minucioso do que foi a atividade do Município nestes dois últimos meses, portanto coloco à vossa consideração, estaremos aqui para prestar as informações que entendam e que achem necessárias.”

7.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados Municipais Margarida Paulos (PAN), Luís Palma (CDU) e João Gerales (CDU).

7.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Em relação à Atividade Municipal, gostaríamos de questionar o executivo acerca de alguns aspetos, nomeadamente, a requalificação da Estrada Florestal no sentido de que não é suficiente melhorar o acesso aos automóveis, saudando, no entanto, a construção da ciclovía prevista, mas todo aquele espaço necessita de uma intervenção urgente e de fundo e começar pela Estrada deixando toda a envolvente intocada parece-nos pouco produtivo e uma operação mais de estética do que propriamente de fundo. A utilização daquela zona sem qualquer respeito pela sua natureza protegida, com casas de habitação que se expandem rapidamente para armazéns de arrumos, com animais acorrentados à frente das habitações e ao lado da estrada que está agora a ser requalificada, lixo e restos de materiais espalhados por baixo da Arriba Fóssil, parece-nos que não pode continuar a ser ignorada.

A utilização do espaço público não pode ser feita desrespeitando as pessoas, os animais e o ambiente. Não somos contra a que os munícipes possam utilizar alguns dos espaços municipais para cultivo de pequenas hortas, mas esse cultivo tem que ser feito de forma sustentável e respeitando o espaço sem lixo e sem utilização de pesticidas, o que não se verifica muitas vezes. A fiscalização da forma como o espaço público é utilizado tem de ser melhorada.



Gostaria ainda que nos esclarecessem acerca do herbicida substituto do glifosato que será utilizado, uma vez que quando foi proposto o fim do uso do glifosato e que no entanto, se verificou que foi utilizado há pouco tempo na Charneca de Caparica, sendo o mesmo da responsabilidade da Junta de Freguesia que nunca chegou a responder-nos o porquê da sua utilização, a ideia era de que não fossem utilizados herbicidas que são prejudiciais as insetos polinizadores e são tóxicos para pessoas e animais.

No que diz respeito ao Serviço Veterinário Municipal, voltamos a ver que o número de esterilizações de 4 meses é completamente irrisório, e desfasado das necessidades atuais. 205 esterilizações em 4 meses, fica muito aquém daquilo que é necessário e esperado para conseguir controlar o aumento de animais errantes. Salientar ainda que o Serviço Veterinário Municipal, ficou sem dar resposta a muitas das denúncias que fizemos chegar de casos graves demonstrados ou de negligência, ou tem dado uma resposta que não corresponde aquilo que se espera deste serviço, a proteção dos animais.

São vários os exemplos sobre os quais as respostas são insatisfatórias, desde animais que vivem encerrados em varanda, sem qualquer proteção e que são vítimas de violência, até animais que são mantidos em espaço público onde se constroem estruturas de madeira e se mantem animais de companhia por anos e anos sem quaisquer condições de bem-estar, pondo mesmo em causa a saúde pública.

Vemos, no entanto, com agrado, a referência ao projeto de construção no Parque canino no CRO- Centro de Recolha oficial, absolutamente fundamental para melhorar a vida dos animais que estão alojados no Centro, a nossa pergunta prende-se com a sua operacionalização, e quando estará em funcionamento?"

7.2.2 - O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Relativamente a este ponto da nossa ordem de trabalhos, aqui algumas questões relativamente ao programa de habitação, ao 1º Direito. Sabemos que está a haver intervenções no Bairro do PER, na Avenida Professor Ruy Luís Gomes, sabemos que está a haver algumas dificuldades nestas obras, nomeadamente, a substituição das coberturas em pleno inverno, o que faz com que tenhamos recebido algumas reclamações dos moradores, precisamente no 3º e 6º andar do prédio nº 19, que têm para além das infiltrações água a escorrer pelas paredes e nomeadamente até pela zona dos candeeiros, das zonas elétricas. Portanto, queríamos pedir aqui alguns esclarecimentos relativamente a esta situação.

Depois no quadro da educação sabemos que está a haver obras na Escola Básica do Alfeite, que obras é que são estas que estão a ser realizadas nesta Escola uma vez que sabemos que os alunos foram colocados em mono blocos.

Quanto à amplificação da EB, nº 1 do Alfeite, dentro do Bairro, que obras serão estas, o que é que compreendem estas obras, é o logradouro? É algo mais? Portanto, deixar aqui também estas questões.

Também ao nível da intervenção que está a ser feita no parque de estacionamento à entrada da rua Borges do Rego, que tipo de estacionamento é que está a ser equacionado para aquele local, se é apenas pavimentação e marcação de lugares, sem qualquer custo para os utilizadores ou se irá ser noutra medida?

Relativamente ao equipamento onde estamos, aqui no nosso Complexo dos Desportos Cidade de Almada, temos sabido através dos seus utilizadores quer das crianças e jovens que frequentam as piscinas e também dos Sêniores do Programa Alma Sênior, que existe água fria nos balneários, quando vão tomar banho não têm água quente, queríamos também alguns esclarecimentos sobre isto.

E quanto ao que é mencionado neste relatório da atividade trimestral, fala-se num grupo de trabalho no desenvolvimento de iniciativas do grupo de trabalho relativamente à transferência de competências dos Municípios para as Freguesias, enquanto Presidente de Junta não participei em qualquer reunião, também gostaria de saber o que tipo de trabalho está a ser desenvolvido nesta matéria."



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Tinha uma pergunta para fazer à Senhora Presidente da Câmara, ela não está, provavelmente a Senhora Vice-Presidente que não tem o pelouro não me poderá responder, mas de qualquer forma vou deixar aqui a questão.

No documento que nos foi distribuído, logo na página 1, após as matérias em destaque, na parte que diz respeito à Secretaria Geral do Departamento de Administração Geral e Finanças, Divisão de Finanças, está um quadro mesmo no final dessa página 1, vem um quadro em que nos dá conta de alguns indicadores da gestão da Câmara Municipal entre janeiro e novembro deste ano. E nesse quadro tem um valor da receita cobrada líquida de 130,2 milhões de euros. Receita cobrada líquida. E depois, tem abaixo, um quadro que tem os pagamentos efetuados 82,1 milhões de euros e o saldo do exercício, 29,6 milhões de euros. Ora, pelas contas que nós fazemos faltam aqui 18 milhões de euros. Entre a soma dos pagamentos efetuados e o saldo do exercício para os 180 milhões de receita cobrada faltam 18 milhões de euros. É só esta diferença que nós gostaríamos que fosse explicada.”

7.3 – Para prestar esclarecimentos usou da palavra a Senhora Vice-Presidente em exercício Maria Teodolinda Silveira.

7.3.1 – A Senhora Vice-Presidente em exercício Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputadas/os Municipais;

Começando pela Estrada Florestal, uma das questões colocadas pela Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, dizer que, evidentemente a intervenção que está a decorrer neste momento é com a via ciclável, as envolventes estão ser objeto de um diálogo que, como deve imaginar, é um problema que se acumulou há muito tempo e que não pode ser resolvido de uma maneira imediatamente e de uma forma rápida, mas é um problema que está a ser equacionado, nomeadamente, as esculturas, ver inclusivamente a forma de alterar um determinado tipo de agricultura que ali se pratica e, portanto, toda essa questão está a ser num outro cenário, a ser discutida.

Relativamente ao herbicida, que colocou, de facto, o Município em 2021 deixou de utilizar o glifosato em qualquer herbicida que tenha como componente o glifosato. Foi visível inclusivamente, em termos de campanha eleitoral na altura em que decorria, tudo aquilo que foi dito e com razão relativamente ao combate aos infestantes, efetivamente, não é possível, tem que se fazer opções e a opção foi feita de acordo com o compromisso que foi assumido aqui nesta Assembleia Municipal. Sabemos perfeitamente que, nenhum outro herbicida é eficaz como é glifosato. Eu tenho o pelouro, como sabe, dessa matéria, sei o que sofremos com tudo aquilo que procuramos substituir e que efetivamente não substituí, enquanto a utilização do glifosato nos permitia 3 cortes anuais, com o herbicida que hoje utilizamos chegamos a ter 9, 10, 11 cortes anuais para manter o rigor, ou melhor, a situação que mantínhamos com o glifosato. Portanto, estamos agora no caminho para a procura de um outro herbicida sempre procurando herbicidas sem a componente de glifosato, que pelo menos é tido como o mais eficaz, apresenta algumas contrariedades porque é muito escorregadio e parece que nos sítios onde está a ser utilizado, tem provocado acidentes frequentes, portanto, estamos neste caminho da procura dos prós e dos contras, de todos aqueles que nos possam aparecer, porque efetivamente não há alternativa eficaz à utilização de herbicidas com componente de glifosato. Continuaremos nesta busca até encontrar aquele que possa responder de uma forma mais eficiente de facto, ao combate aos infestantes.

Dizer apenas relativamente às questões da Escola do Alfeite. São obras de ampliação e requalificação, está já o projeto praticamente pronto, estamos em fase de análise desse mesmo projeto.

Relativamente à EB 1 do Alfeite, ainda não está muito clara, a opção ainda não está completamente tomada, há ali uma questão de posse de terrenos, mas está em negociações com os detentores do terreno, para de facto, procedermos à substituição, à requalificação, muito provavelmente à substituição ampliação daquela Escola.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Relativamente à transferência de competências que foi outra questão que colocou. Dizer-lhe que desde que este mandato começou não sendo um pelouro que esteja comigo, eu terei uma parte importante, porque muitas das competências a transferir, algumas são da minha área e da área de outros Vereadores, e, portanto, estou atenta a isso, vai iniciar-se. Desde que o mandato começou não houve ainda negociações com as Freguesias, mas vão iniciar-se agora em janeiro, exatamente para se poder chegar a bom porto, daquilo que entendemos que será um poder de proximidade, que poderá efetivamente responder melhor às populações e que o Município o fará de uma forma mais global.

Relativamente ao parque de estacionamento que colocou. São obras de repavimentação.”

8. Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 28 de dezembro, pelas 21.15.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos Vereadores Senhores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, António Matos, José Luís Matos, Tiago Galveia e Fernando Cordeiro Cruz.

10 – Foi verificada a presença de cerca de 20 munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

